

**FACULDADES EST**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**  
**SEBASTIÃO DE SOUZA LIMA**

NARRATIVAS NA PERSPECTIVA DE:  
ANÚNCIO, DENÚNCIA E RENÚNCIA

São Leopoldo

2014

SEBASTIÃO DE SOUZA LIMA

NARRATIVAS NA PERSPECTIVA DE:  
ANÚNCIO, DENÚNCIA E RENÚNCIA

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para obtenção do grau de  
Mestre em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação  
Linha de pesquisa: Educação  
Comunitária com Infância e  
Juventude

Orientadora: Laura Franch Schmidt da Silva

São Leopoldo

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L732n Lima, Sebastião de Souza  
Narrativas na perspectiva de: anúncio, denúncia e renúncia / Sebastião de Souza Lima ; orientadora Laura Franch Schmidt da Silva. – São Leopoldo : EST/PPG, 2014.  
64 p.

Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Teologia. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2014.

1. Amazônia – Aspectos sociais. 2. Amazônia – Aspectos econômicos. 3. Desenvolvimento econômico – Aspectos sociais. 4. Projeto de desenvolvimento econômico – Amazônia. I. Silva, Laura Franch Schmidt da. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

SEBASTIÃO DE SOUZA LIMA

**NARRATIVAS NA PERSPECTIVA DE: ANÚNCIO, DENÚNCIA E RENÚNCIA**

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para a obtenção do grau de  
Mestre em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Linha de Pesquisa: Educação Comunitária  
com Infância e Juventude

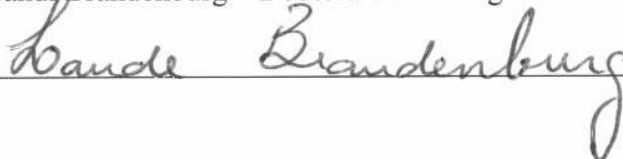
Data de Aprovação: 17 de setembro de 2014

Laura Franch Schmidt da Silva – Doutora em Teologia – EST (Presidente)



---

Laude Erandi Brandenburg – Doutora em Teologia – EST



---

## DEDICATÓRIA

À minha esposa Eliane, que me incentivou sempre e não mediu esforços para que os meus objetivos fossem atingidos, chegando a esse momento solene; demonstrando seu companheirismo de sempre, compreensão e nos momentos mais difíceis não deixou de acreditar em mim. Mesmo diante da distância entre o norte e sul do país, ela soube dar o apoio e o incentivo necessários para a elaboração e o término deste trabalho.

Às minhas amadas filhas Dayane, Sanay e Sanayane, que me serviram de incentivo para repassar os exemplos de dedicação às horas acadêmicas de estudo, refazendo parágrafos sem desvincular da docência diária, porém, eximindo de lazer.

Ao meu amado filho caçula Ícaro Gabriel, por seu companheirismo e tolerância mesmo na sua fase lúdica, por todas as horas que me interrogava sobre aquelas tarefas que não acabavam e pelas viagens para estudar na região sul do Brasil.

Aos meus netos Samyra e Pedro Henrique na esperança de que eles sigam os exemplos de seus avós, Sebastião e Eliane, que optaram pelo estudo e educação como norteador de vida e da convivência social.

À minha mãe Helena, por suas preocupações por eu estar distante da capital do Amazonas a 516 km no interior do Estado, cidade de Tefé, mas sempre me incentivando aos estudos desde a infância.

*In memoriam* de meu saudoso pai Raimundo Lima da Costa, conhecido por Fileto (☀ 01.09.1924 – † 24.11.2013), que pela evolução natural deixou-nos e foi desta dimensão para o descanso eterno, por suas lúcidas preocupações e recomendações aos estudos até o último instante.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por permitir mais uma conquista que é a realização do presente trabalho, por agir através das pessoas que contribuíram com questionamentos e observações.

À minha orientadora, Professora Dr.<sup>a</sup> Laura Franch Schmidt da Silva, pela paciência, sabedoria e apoio nos momentos de incerteza quanto ao objeto de estudos. Pela sua fundamental contribuição, sem a qual eu não teria realizado este trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Teologia na Faculdade (EST/RS), pela generosa acolhida e pelas muitas contribuições para esta formação.

Aos professores que participaram do Seminário Temático, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisela Isolde Waechter Streck e da Banca Examinadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laude Erandi Brandenburg, por terem aceitado participar com seus conhecimentos, contribuições enriquecedoras e sugestões que direcionaram o trabalho.

À FAPEAM, pelos auxílios financeiros concedidos, que viabilizaram as aquisições bibliográficas que fazem parte desta pesquisa.

Aos colegas da EST, pelo companheirismo, estímulo e afeto recebidos, provenientes de todas as regiões brasileiras, sobretudo aos colegas do MPE-7.

A todos os amigos e familiares, pelos momentos de incentivo e colaboração.

*Ensinar exige apreensão da realidade. A capacidade de aprender não apenas para nos adaptar mas, sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando a fala de nossa educabilidade a um nível distinto do nível de adestramento dos outros animais ou cultivo das plantas.*

(Paulo Freire)

*Não seria possível viver nossa vida se não pudéssemos confiar sem nos preocupar, sempre e especificamente, com cada aspecto da nossa vida. Sem confiança não existe vida.*

(Rudolf von Sinner)

## RESUMO

O presente trabalho faz um recorte de tópicos pontuais sobre as narrativas expostas nos meios de comunicação contemporâneos sobre a segregação das riquezas naturais e humanas no Estado do Amazonas. Optou-se pela investigação bibliográfica e em registros que demonstraram episódios descritos na história dos habitantes desta região. No primeiro capítulo fez-se referência à perspectiva de anúncio com aspectos de região colonizada, submissa às ordens da coroa portuguesa, que exerciam opressão sobre os colonizados. O segundo capítulo é descrito na perspectiva de denúncia por manifestar indignação sobre as ações de segregação social e econômica. O terceiro capítulo, na perspectiva de renúncia, concentrou o ensaio na crítica ao continuísmo das ações direcionadas pelos projetos contingentes ao desenvolvimento social e econômico. A pesquisa teve foco central na análise sobre as ações cotidianas de segregação das riquezas naturais e a exploração da força de trabalho nesta localidade. Foi elaborada a reflexão sobre a distância entre as ocorrências do passado e a realidade cotidiana. A referência teórica pautou-se em autores que narraram os episódios singulares: Ferreira, Cunha, Piza, Ribeiro e Sousa que trataram da realidade amazônica. Não se pretendeu esgotar esta reflexão, mas espera-se que possa contribuir para despertar o interesse de outros na pesquisa social com perspectiva de sugerir políticas públicas que contemplem o bem-estar social dos menos favorecidos da região.

**Palavras-Chave:** Narrativas. Anúncio. Denúncia. Renúncia.



## **ABSTRACT**

This paper makes an outline of specific topics about the narratives presented in the contemporary means of communication on the segregation of the natural and human wealth in the state of Amazonas. The option was for a bibliographic investigation and research in registers which showed episodes described in the history of the inhabitants of this region. In the first chapter reference was made to the perspective of announcement with aspects of the colonized region, submitted to the orders of the Portuguese crown, which oppressed the colonized. The second chapter is described in the perspective of denouncement as it manifests indignation about the actions of social and economic segregation. The third chapter, in the perspective of renouncement, concentrated the essay on the criticism of the continuation of the actions directed by the contingent projects toward social and economic development. The research had its central focus on the analysis of the daily actions of segregation of the natural wealth and the exploitation of the work force in this locality. It elaborated a reflection about the distance between the occurrences in the past and the daily reality. The theoretical reference was based on authors who narrated unique episodes: Ferreira; Cunha, Piza, Ribeiro and Sousa who dealt with the Amazonian reality. One did not intend to exhaust this reflection, but one hopes that it may contribute to awaken the interest of others in social research with the perspective of suggesting public policies which contemplate the social well being of the less advantaged in the region.

**Keywords:** Narratives. Announcement. Denouncement. Renouncement.

## LISTA DE SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CAMH	Central de Abastecimento Mercantil e Hortigranjeiro
CBA	Centro de Biotecnologia da Amazônia
CCC	Conta de Consumo Coletivo
CCT	Centro de Ciência e Tecnologia
CEASA	Central de Abastecimento S/A
ENS	Escola Normal Superior
ESO	Escola Superior de Ciências Sociais
IBDF	Instituto Brasileiro e Desenvolvimento Florestal
INDEB	Índice Nacional de Desempenho na Educação Brasileira
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIM	Polo Industrial de Manaus
PROFORMAR	Programa de Formação Docente
RMM	Região Metropolitana de Manaus
SRMM	Secretaria da Região Metropolitana de Manaus
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
ZF	Zona Franca
ZFM	Zona Franca de Manaus

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1 O ANÚNCIO: CONTEXTO HISTÓRICO DA SEGREGAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA NO AMAZONAS SOB CINCO PERSPECTIVAS</b> .....	15
<b>1.1 Perspectiva dos escritores brasileiros</b> .....	15
1.1.1 <i>Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815)</i> .....	16
1.1.2 <i>Euclides da Cunha (1866-1909)</i> .....	17
<b>1.2 Perspectiva da Zona Franca de Manaus</b> .....	19
<b>1.3 Perspectiva do gasoduto Coari – Manaus</b> .....	21
<b>1.4 Perspectiva sobre a ponte Rio Negro</b> .....	24
<b>1.5 Perspectiva da rodovia Manoel Urbano (AM-070)</b> .....	26
<b>2 A DENÚNCIA: CONTEXTO HISTÓRICO DA SEGREGAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA NO AMAZONAS SOB CINCO PERSPECTIVAS</b> .....	29
<b>2.1 Perspectiva dos escritores brasileiros: segregação das riquezas naturais e humanas no Amazonas</b> .....	29
2.1.1 <i>Alexandre Rodrigues Ferreira</i> .....	29
2.1.2 <i>Euclides da Cunha</i> .....	33
<b>2.2 Perspectivas da Zona Franca de Manaus</b> .....	35
<b>2.3 Perspectivas do gasoduto Coari – Manaus: recursos naturais para produção de energia</b> .....	38
<b>2.4 Perspectiva da ponte Rio Negro: sobre os objetivos da construção</b> .....	39
<b>2.5 Perspectiva contemporânea: duplicação da rodovia Manoel Urbano (AM-070)</b> .....	42
<b>3 A RENÚNCIA: CONTEXTO HISTÓRICO DA SEGREGAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA NO AMAZONAS SOB CINCO PERSPECTIVAS</b> .....	46
<b>3.1 Na perspectiva dos escritores brasileiros</b> .....	46
3.1.1 <i>Alexandre Rodrigues Ferreira</i> .....	46
3.1.2 <i>Euclides da Cunha</i> .....	48
<b>3.2 Perspectivas da Zona Franca de Manaus: a expansão populacional desordenada</b> .....	50
<b>3.3 Perspectivas do gasoduto Coari – Manaus: recursos naturais para produção de energia</b> .....	51
<b>3.4 Perspectivas ponte Rio Negro: os objetivos da construção</b> .....	53
<b>3.5 Perspectivas contemporâneas: duplicação da rodovia Manoel Urbano (AM-070)</b> .....	54
<b>CONCLUSÃO</b> .....	61
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	64



## INTRODUÇÃO

A motivação da pesquisa originou-se a partir do percurso de trabalho como docente nas cidades de Manacapuru, Coari e Tefé no interior do Estado do Amazonas. Naquelas oportunidades foram observados registros de fatos e narrativas que se distanciavam de uma compreensão contemporânea sob a perspectiva de *anúncio*. Os episódios demonstravam uma lacuna entre o conhecimento exposto nas bibliografias e o contexto da realidade daqueles habitantes. Esta reflexão incentivou a pensar na situação das escolas cujo objetivo, na prática, era repassar uma informação idealista positivista<sup>1</sup> que os professores e estudantes não entendiam<sup>2</sup> nos textos literários e nos meios de comunicação cotidiana as narrativas sobre a segregação das riquezas naturais e a exploração humana naquela região, além de silenciarem frente aos acontecimentos. Por uma “leitura de mundo”<sup>3</sup>, teve-se a convicção de que se tratava de um aspecto cultural e falta de esclarecimento que deveria ser mostrada através de tópicos pontuais a respeito daquela realidade. Sendo assim, o objetivo da pesquisa foi demonstrar através do anúncio e da denúncia a segregação das riquezas naturais e exploração humana na região.

O trabalho está apresentado em três capítulos: o primeiro capítulo foi realizado em referência à perspectiva de *anúncio* sobre a exploração das riquezas naturais e humanas, “o homem-objeto é acima de tudo o oprimido dentro de uma sociedade injusta e violenta”.<sup>4</sup> O segundo capítulo descreve a perspectiva de *denúncia* das iguais opressões sobre a liberdade humana. “O homem que não é livre, o homem dominado e oprimido, não ascendeu ainda a sua verdadeira condição humana”,<sup>5</sup> e, no terceiro, é apresentada a perspectiva de *renúncia* destas ações por uma postura do autor *ser* consciente das possibilidades de mudanças nas relações sociais, a partir da educação num processo de humanização, de “um cristianismo

---

<sup>1</sup> FIGUEIREDO, Nélia Maria A. de. (Org.) *Método e Metodologia na Pesquisa Científica*. São Caetano do Sul: Difusão, 2004. p. 41.

<sup>2</sup> FAULSTICH, Enilde L.de J. *Como ler, entender e redigir um texto*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 23.

<sup>3</sup> FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. em três artigos que se completam. 45. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 11.

<sup>4</sup> STRECK, Danilo R. *Correntes pedagógicas: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes; Rio Grande do Sul: Celadec, 2005. p. 50.

<sup>5</sup> STRECK, 2005, p. 50.

ativo, engajado na denúncia da injustiça e no anúncio (por palavras e ações) de uma realidade nova”<sup>6</sup> a ser praticada na região.

Entende-se que, através deste produto pesquisado, os estudantes, professores e outros leitores tenham conhecimentos da hegemonia sobre os valores naturais e humanos que acontece no Amazonas. “As condições geográficas e históricas colocaram novos desafios que exigiram a reinvenção da educação”.<sup>7</sup> Alertando, sobretudo, quanto aos propósitos ideológicos divulgados nos meios de comunicação e mídia que circulam em âmbito nacional e internacional.

Os fatos sociais demonstraram que, não só as sociedades evoluem, mas também os indivíduos acompanham a evolução no plano da instrução, educação e cultura. São analisados os registros que constituíram em prognóstico de revelação de fatos, camuflados através de um “Consenso Fabricado”,<sup>8</sup> segundo o cientista e linguista contemporâneo e crítico social moderno, Noam Chomsky. Por analogia não se deve emudecer sobre episódios da degradação social humana.

---

<sup>6</sup> STRECK, 2005, p. 51.

<sup>7</sup> STRECK, 2005, p. 60.

<sup>8</sup> CHOMSKY E A MÍDIA: o consenso fabricado. WINTONICKSIO, Peter. ACHBAR, Mark. Produção: Necessary Illusions Productions Inc. 167 min. São Paulo, 1992.1 DVD.

# 1 O ANÚNCIO: CONTEXTO HISTÓRICO DA SEGREGAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA NO AMAZONAS SOB CINCO PERSPECTIVAS

Neste capítulo, apresenta-se o tema registrado nas narrativas de autores que escreveram sobre um passado histórico do Amazonas. A primeira perspectiva descrita por Alexandre Rodrigues Ferreira (entre 1783-1792) com referência à exploração de riquezas naturais (quelônios e mamíferos) além do colonialismo social; em Euclides da Cunha (entre 1904-1909) com referência à exploração de riquezas naturais (látex) e sobre a segregação social.

Na segunda perspectiva, registrou-se o projeto sobre a Zona Franca de Manaus (ZFM)<sup>9</sup> com promessas de desenvolvimento econômico e social. No que se refere à terceira perspectiva, buscou-se informações sobre o gasoduto Coari-Manaus em Sousa.<sup>10</sup> A quarta perspectiva apoia-se em noticiários sobre a construção da ponte Rio Negro.<sup>11</sup>

Na quinta, e última perspectiva, a contemporânea, sobre a duplicação da rodovia AM-70, toma-se dados apresentados em noticiários, leituras jornalísticas, editoriais, comentários aos ouvidos de transeuntes, sem entrevista formalizada além do site citado.<sup>12</sup>

## 1.1 Perspectiva dos escritores brasileiros

Episódios muito singulares foram registrados por Ferreira e Cunha em épocas diferentes em que o primeiro ocorreu através da Comissão de Demarcação e Registros dos elementos naturais da Região Norte e o segundo durante a jornada da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de reconhecimento do rio alto-Purus.

---

<sup>9</sup> PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br>>. Acesso em: 23 out. 2014. ZONA FRANCA DE MANAUS. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/>>. Acesso em: 22 maio 2013.

<sup>10</sup> SOUZA, Isaque dos Santos. *Potenciais impactos do gasoduto Coari-Manaus no município de Manacapuru – AM*. Dissertação. (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007. p. 101-108.

<sup>11</sup> PONTE SOBRE O RIO NEGRO: integração da região Metropolitana de Manaus. Disponível em: <<http://portalwww.d24am.com/>>. Acesso em: 22 maio 2013.

<sup>12</sup> NOTICIÁRIO ESCRITO E MÍDIA TELEVISIVA. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/ponte\\_rio\\_Negro#cite\\_ref-portal](http://pt.wikipedia.org/wiki/ponte_rio_Negro#cite_ref-portal)>. Acesso em: 08 abr. 2014.

### 1.1.1 Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815)

Alexandre Rodrigues Ferreira foi um cientista brasileiro, baiano, no período do Brasil Colonial que mapeou a Amazônia a pedido do rei de Portugal. Por aqueles registros deu-se o início da informação científica descrita em forma de *memórias*. Seu método de pesquisa versa sobre a fauna e a flora numa visão antropológica recolhida em suas viagens pelos rios Amazonas, Negro, Branco, Madeira e Guaporé. Suas excursões (1783-1792) pelo Brasil equiparavam-se aos demais pesquisadores daquela época.

Decorrido século e meio da Viagem Filosófica, algumas das espécies mencionadas como abundantes na região acham-se hoje incluídas na “Lista Oficial das Espécies de Animais e Plantas ameaçadas de extinção no Brasil”. Já naquela época, em dois de seus manuscritos, Alexandre Rodrigues Ferreira alertava as autoridades nesse sentido.<sup>13</sup>

**Tartarugas**<sup>14</sup> - Jurararetê, espécie numerosa mais procurada pelas múltiplas utilidades no Rio Amazonas, como o autor descreve.

[...]. “É um animal utilíssimo entre os animais, pois além de ser a carne cotidiana das mesas dos portugueses e das dos índios das povoações,” [...], “se tira também importantíssimo produto chamada de manteiga dos ovos das tartarugas, que além de utilidades comestíveis serviam para combustível de iluminação caseira. [...] Para dar consumo às carnes” [...], muito mais numerosas que os índios que consumiam [...] grande quantidade desta espécie eram lançadas nos rios.<sup>15</sup>

**Peixe-boi**<sup>16</sup> - As importantes provisões eram feitas com peixe seco e salmoura, mixiras,<sup>17</sup> linguças e banhas,<sup>18</sup> preparavam-se as manteigas, com um notável consumo para toda a população paraense. Das utilidades que daquele mamífero se tiravam, nenhum policiamento e fiscalização eram feitos frente à exploração devastadora, como o autor cita na p. 61.

<sup>13</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica*: pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. Rio de Janeiro: [s.e.], 1972. p. 5.

<sup>14</sup> Publicada no original por Alípio de Miranda Ribeiro nos arquivos do Museu Nacional, XII, p. 181-186, 1903. Descreve que na língua geral dos índios da região chamava-se *jurararetê*, o que significa em português tartaruga verdadeira (*prodoxemis expansarépteis*) da ordem dos quelônios, ovíparas, anfíbios. FERREIRA, 1972, p. 37.

<sup>15</sup> FERREIRA, 1972, p. 38.

<sup>16</sup> Peixe –Boi, mamífero da família dos *triquecídeos* *Trichechus Inunguis*, publicada no original por Alípio de Miranda Ribeiro, arquivos do Museu Nacional, XII, p. 169-174, 1903. FERREIRA, 1972, p. 59.

<sup>17</sup> Linguça preparada com carne do Peixe-boi frita e conservada na mesma gordura. FERREIRA, 1972, p. 61.

<sup>18</sup> Usada na fabricação de manteiga, conservação das mixiras, iluminação, calafetos de canoas quando misturadas com breu. FERREIRA, 1972, p. 61.



[...] Não se conhecem o tempo de criação e o arpoador ficava feliz quando encontrava um filhote para mais fácil arpoar a mãe. Arpoavam todos os tamanhos, sem distinção de idade. Por isso não deve causar espanto a sua raridade em alguns lagos onde já não os encontramos há alguns anos.<sup>19</sup>

A exploração era devastadora com a captura agressiva sobre a espécie, que além de eliminar a matriz adulta, capturava-se também o filhote, ameaçando uma breve extinção.

**Conflito colonizador** - Em benefícios do Estado, as ações punitivas contra o índio e sua submissão ao estado servil, decisão dos capitães-generais, se configurava em escravidão e segregação humana.

### 1.1.2 Euclides da Cunha (1866-1909)

Escritor e cientista brasileiro, carioca, foi o chefe da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto-Purus<sup>20</sup> para realizar estudos sobre aquele rio objetivando indicar os limites demarcatórios territoriais das fronteiras entre Brasil e Peru,<sup>21</sup> países conflituosos em razão da exploração de látex na região.

[...]. A viagem permitiu que Euclides da Cunha fosse o primeiro cientista social brasileiro a fazer uma leitura, talvez a mais profunda até hoje, da “sociedade seringueira” denunciando a exploração a que eram submetidos os nordestinos que ele viu lutar em Canudos, transformados em seringueiros.<sup>22</sup>

Naquele momento, a área produtora de látex, o Acre, pertencia à Bolívia, porém, a carga tributária imposta pelos bolivianos sobre a borracha brasileira não foi aceita pelas empresas aviadoras. Fatos tributários pressionaram o governo para uma solução. Os países envolvidos assinaram o tratado de Petrópolis (1903), mas o governo peruano não reconheceu os limites acertados, instalou taxas exorbitantes para a borracha brasileira com destino a Manaus-Belém, e estimulou os nativos peruanos a ocuparem as bacias do Purus e Juruá. Surgiram daí os conflitos.<sup>23</sup>

<sup>19</sup> FERREIRA, 1972, p. 61-62.

<sup>20</sup> PIZA, Daniel. *Amazônia de Euclides: viagem de volta ao paraíso perdido*. São Paulo: Leya, 2010. p. 19.

<sup>21</sup> Saiu de Manaus a 05/04/1906 em direção a nascente do Rio Purus, afluente do rio Amazonas. PIZA, 2010, p. 19.

<sup>22</sup> PIZA, 2010, p.137.

<sup>23</sup> CUNHA, Euclides da. *A margem da História*. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 44. Presidente do Brasil Campos Sales (1898-1902) reconheceu limites pelo tratado Internacional firmado pela monarquia.

**Seringais** - Sem o plantio racional dos seringais e pela maneira como os seringueiros eram explorados, o autor concluiu que se tratava da “mais imperfeita organização do trabalho que ainda engenhou o egoísmo humano”.<sup>24</sup> Em *Os Sertões*, registrou os conflitos que viu no Alto Purus e os comparou aos de Canudos, nos quais a integridade étnica dos jagunços nordestinos estava confrontada à insalubridade dos seringueiros da Amazônia, destinada a se adaptar aos meios hostis.<sup>25</sup>

**Geopolítica da região e o ser humano** - Cunha descreve na obra “Terra sem história” uma referência à geografia descritiva, na qual registra as transfigurações no tempo, dando relevância sobre os aspectos sociais de um povo longe das políticas públicas.<sup>26</sup> Em “Vários Estudos” demonstra a preocupação com a integração nacional através de interligação fluvial ou rodoviária pela Amazônia ao País e ao Pacífico.

Manifestava o zelo pelo sofrimento humano, revelando-se como um dos primeiros humanistas brasileiros. Os estudos demandavam uma parceria latino-americana e por uma vida social econômica mais condizente com as possibilidades e riquezas. Acenou para uma política social de globalização, um ensaio histórico da política brasileira que descrevia as causas, consequências pelas atitudes republicanas internalizadas na cultura brasileira.

**Pesquisas Sociais** - Nas suas reflexões cronistas, alerta para a necessidade de pesquisas sociais, científicas e econômicas a serem incentivadas pelas instituições brasileiras, por entender que existia um grande laboratório natural, não só para as ciências naturais mas também sobre a variedade de mitos, lendas e saberes populares.

Nas crônicas “Estrelas Indecifráveis” faz menção aos céus indecifráveis, hoje o ponto alto das pesquisas científicas nas buscas de explicações espaciais.

**Laboratório Natural para os Males do Século** - Chama atenção para a utilidade do imenso laboratório natural, na área das ciências naturais, local aonde se poderia usar espécime para curar as moléstias que prejudicam a humanidade.

---

<sup>24</sup> PIZA, 2010, p. 187.

<sup>25</sup> PIZA, 2010, p.115. Descreve os caboclos rijos do nordeste com seus requisitos de robustez.

<sup>26</sup> Seringueiro tipo de lutador excepcional. CUNHA, 2006, p. 32.

O autor incentivava novas pesquisas na área da tecnologia a partir da necessidade de equipamentos na busca de soluções atípicas. Na perspectiva científica, previa o avanço da ciência e da tecnologia - não só ficcionismo mundial, mas também as descobertas do século XXI e na compreensão metafísica.

## 1.2 Perspectiva da Zona Franca de Manaus

O ponto de partida para a análise sobre a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)<sup>27</sup> inicia-se por um breve apanhado histórico<sup>28</sup> sobre a implantação e as características econômicas da ZFM, localizando-a na cadeia produtiva do setor, atentando para as modificações mais recentes no processo de trabalho.

Manaus (AM) comporta uma Zona Franca<sup>29</sup> para administrar os recursos advindos com a instalação das empresas do Polo Industrial de Manaus,<sup>30</sup> responsável pelo crescimento econômico. O Regime Militar atraiu o capital de empresas multinacionais para a Amazônia, período denominado “milagre brasileiro”.

Com o advento da industrialização em Manaus, a cidade cresceu em razão dos empregos na indústria, estabelecendo-se a migração de pessoas das cidades interioranas para a capital. A situação causou impactos urbanísticos dada a ausência de políticas públicas direcionadas aos novos habitantes, e o abandono das comunidades rurais, como demonstra Oliveira:

No processo de implantação da ZFM, a cidade recebeu trabalhadores de todas as partes do país, sobretudo, das cidades do interior do Amazonas. No período, os dados apontavam um crescimento acelerado do êxodo rural.<sup>31</sup>

---

<sup>27</sup> SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br>>. Acesso em: 22 maio 2013.

<sup>28</sup> Idealizado pelo Dep. Federal Francisco Pereira da Silva, criada pela lei nº 3.173 em 06 de junho de 1957, como Porto livre. SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br>>. Acesso em: 22 maio 2013.

<sup>29</sup> Criada com base nos incentivos fiscais amparado pelo Decreto-lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br>>. Acesso em: 22 maio 2013.

<sup>30</sup> Após 10 anos de criação o Governo Federal ampliou a legislação e ampliou o modelo, estabelecendo os incentivos fiscais por 30 anos para implantação do pólo industrial, comercial e agropecuário no Amazonas. SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br>>. Acesso em: 22 maio 2013.

<sup>31</sup> OLIVEIRA, Selma Suely Baçal de. *A “periferia” do capital: na cadeia produtiva de eletrodomésticos*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2007. p. 48.

Durante a época da implantação das indústrias, várias empresas foram incentivadas a instalar unidades em troca de isenção de imposto e disponibilidade de mão de obra operária a baixo custo. O interesse seria instalar indústria do setor elétrico-eletrônico, novidade na década de 1970. Indústrias estrangeiras e brasileiras montaram fábricas em Manaus. Os produtos eram fabricados com peças importadas, como afirma Pennaforte: “Mas a produção na verdade, na maior parte dos casos reunia-se à montagem de produtos feitos com peças importadas”,<sup>32</sup> que se caracterizou como indústrias montadoras. Por estes registros é perceptível que não houve desenvolvimento de pesquisas internas, ao invés de empregos especializados foram criados treinamentos operacionais.

Os empreendedores avaliaram as desvantagens da região para alocação de unidades industriais, custos com transportes, inexistência de sistema de comunicação adequado, mas mesmo assim era compensatório o investimento por representar um acúmulo significativo de capital, acrescenta Salazar:

[...] é preciso acrescentar outros fatores de igual importância, como a política de “arrocho” salarial praticada pelo governo e sua interferência direta nos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, ao que se soma a docilidade e desorganização destes quando comparados aos aguerridos e bem organizados movimentos dos trabalhadores das economias centrais. A oferta de infra estrutura acabada ( terrenos de ótima planta com ruas pavimentadas, redes de água, luz, esgoto, telefone, etc.) inclui-se necessariamente entre as exigências das empresas.<sup>33</sup>

No contexto contemporâneo, continua sendo um “paraíso fiscal”,<sup>34</sup> segundo Selma Baçal, devido aos incentivos dados às empresas instaladas. Analisando-se a estratégia de desenvolvimento regional, o modelo leva à região uma perspectiva de melhor qualidade de vida às suas populações. Analisa-se o modelo de desenvolvimento econômico implantado pelo governo brasileiro para viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental,<sup>35</sup> visando à integração produtiva e social da região.

---

<sup>32</sup> PENNAFORTE, Charles. *Amazônia: contratos e perspectivas*. São Paulo. 2006. p. 15.

<sup>33</sup> SALAZAR, João Pinheiro. O novo Proletariado Industrial de Manaus e as transformações Sociais Possíveis. *Estudo de Grupos de operários*. São Paulo. 1992. p. 85.

<sup>34</sup> OLIVEIRA, 2007, p. 50.

<sup>35</sup> SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Modelo ZFM. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/zfm.principal.cfm>>. Acesso em: 20 out. 2013 Decreto lei nº 291, Governo Federal define a Amazônia Ocidental os seguintes Estados: Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Atualmente a ZFM compreende três polos econômicos: comercial, industrial e agropecuário. O primeiro com maior ascensão até o final da década de 80; o industrial é considerado a base de sustentação da ZFM, o polo de Manaus possui aproximadamente 600 indústrias de alta tecnologia, gerando mais de meio milhão de empregos nos segmentos de eletroeletrônicos, duas rodas e químico;<sup>36</sup> o setor agropecuário enfrenta barreiras para expansão e desenvolvimento, no que se refere à formação de pastagens, por sofrer pressão externa de outras regiões que pretendem monopolizar a produção de carne bovina.

Alguns empresários pecuaristas e piscicultores desenvolvem projetos com tecnologia de produção avançada experimental: inseminação artificial em bovinos confinados e cruzamento genético de peixes da mesma espécie. A produção por esse processo torna-se insuficiente para atender a demanda de consumo e abastecimento no Amazonas. Na entressafra, importam-se peixes de Rondônia e carne bovina das regiões Sudeste e Centro-Oeste. Não se justifica uma região de grande extensão, com riquezas preservadas, importar produtos alimentícios modificados geneticamente.

### **1.3 Perspectiva do gasoduto Coari – Manaus**

A partir da década de 80, deram-se avanços em projetos de políticas que exigiam maior disponibilidade energética para suportar as infraestruturas industriais e comerciais instaladas nas décadas anteriores pela ZFM. Conforme Souza:

No Estado do Amazonas, os investimentos com intervenção estatal foram iniciados na década de 1960, por meio dos incentivos fiscais que possibilitou a implantação da Zona Franca de Manaus. No entanto, as grandes obras para a geração de infra-estrutura só começaram na década de 1980, com a construção da Usina Hidrelétrica de Balbina e a implantação do Projeto de Exploração Mineral do Pitinga,<sup>37</sup> estas duas localizadas no município de Presidente Figueiredo, no centro-leste do estado e a 87 km de Manaus.<sup>38</sup>

A usina surgiu não só para atender a demanda de energia elétrica para o PIM mas também para às necessidades domésticas da população manauara. Os estudos sobre o gasoduto Urucu-Coarí-Manaus, como alternativa de combustível de

---

<sup>36</sup> SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Modelo ZFM. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/zfm.principal.cfm>>. Acesso em: 20 out. 2013.

<sup>37</sup> SOUZA, 2007, p. 28.

<sup>38</sup> SOUZA, 2007, p. 28.

baixo custo, permitiria a substituição do óleo diesel combustível pelo gás natural para geração de energia elétrica limpa isenta de poluente. O projeto possibilitaria a disponibilidade do gás natural concentrado em Urucu-Juruá na Bacia do Solimões e Silves poderia atender o Brasil por 80 anos.<sup>39</sup> De acordo com Souza:

Na segunda metade da década de 1980, foram descobertos indícios de petróleo, associados à outra grande reserva de gás natural, próxima às cabeceiras de um pequeno rio de águas avermelhadas – o rio Urucu, com 580 km de leito em meandros que em linha reta percorre pouco mais de 300 km, próximo ao divisor de águas das bacias do Juruá e do Purus. Desde então, a Província Petrolífera de Urucu passou a ser uma das principais reservas de gás natural da Região amazônica. Sua localização na mesorregião centro-amazonense, mais precisamente nas margens do rio Urucu, a 270 km da cidade de Coari e, a 600 km de Manaus, fez com que se começasse a discutir maneiras de levar os produtos aos distribuidores e consumidores.<sup>40</sup>

O gás natural consumido no Brasil dá-se na forma de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), produzido nas Unidades de Processamento de Gás Natural – (UPGN).<sup>41</sup> É uma energia de origem fóssil cuja produção depende do tipo de formação e estrutura geológica de uma região. É uma energia carente de enxofre e sua combustão é completa; liberando como produtos da mesma o dióxido de carbono (CO<sup>2</sup>) e vapor de água, sendo os dois componentes não tóxicos, o que faz do gás natural uma energia ecológica e não poluente.<sup>42</sup> Surge como alternativa energética viável.

O gás natural tem-se mostrado cada vez mais competitivo em relação aos outros combustíveis, tanto no setor industrial como no de transporte e na geração de energia elétrica. Nesse último caso, a inclusão do gás natural na matriz energética nacional, conjugada com a necessidade de expansão do parque gerador de energia elétrica e com o esgotamento dos melhores potenciais hidráulicos do país, tem despertado o interesse de analistas e empreendedores em ampliar o seu uso na geração da energia em termelétricas.<sup>43</sup>

As descobertas do gás natural na Amazônia ocorreram no final da década de 1970. A Petrobrás iniciou seus estudos mobilizando equipes entre os rios Juruá e Purus. Os jornais anunciavam: “as equipes de perfuração transportavam as sondas

---

<sup>39</sup> SOUZA, 2007, p. 38.

<sup>40</sup> SOUZA, 2007, p. 32.

<sup>41</sup> OLIVEIRA, 2007, p. 20.

<sup>42</sup> CEG *apud* SOUZA, 2007, p. 01.

<sup>43</sup> SOUZA, 2007, p. 30.

aos pedaços, por helicópteros, em até 300 viagens, para atingir o interior da floresta, longe das margens dos rios”.<sup>44</sup>

O gás natural percorreu 670 km a partir da região Urucu, Coari/AM, até a capital amazonense. Com o objetivo de transportar gás natural à Amazônia, o investimento incluiu a construção de 126 km de ramais de dutos para levar gás às cidades de Coari, Codajás, Anori, Anamá, Caapiranga, Manacapuru e Iranduba, que se situam no trajeto da obra.<sup>45</sup>

Numa visão particular, a construção do gasoduto Coari-Manaus deveria gerar diversas mudanças na economia, no meio ambiente e bem estar social-regional, porém, na realidade, tornam-se evidentes alguns benefícios pontuais e escasso bem-estar social, um dos fatos é que o produto natural extraído da reserva de Urucu Coarí (AM) não está sendo disponibilizado através de dutos nos municípios por onde esta canalizado o gasoduto até Manaus.

Verificam-se os tímidos benefícios direcionados à frota de taxistas na capital amazonense, objeto muito discutido pelo sindicato dos condutores, visto que os custos de adaptação do combustível gasolina para gás não são atrativos, além da dificuldade de abastecimento por existirem poucos postos de abastecimento distribuídos na capital, portanto, torna-se inviável a transformação de consumo.

A construção do gasoduto Coari-Manaus (Figura 1), que deveria gerar mudanças na região, promoveu alguns benefícios pontuais. O gás natural explorado em Coarí-AM não está sendo usado nos municípios por onde estão canalizados, apenas em Manaus.

A expectativa de redução do custo na conta de energia não se consolidou, visto que se tem o mesmo reflexo da economia extrativista do início do século 20, ciclo da borracha,<sup>46</sup> que teve momento áureo. Na época, a construção do Teatro Amazonas não impulsionou o desenvolvimento intrarregional por não ter sido adotado um programa de interesse coletivo.

---

<sup>44</sup> RIMA *apud* SOUZA, 2007, p. 10.

<sup>45</sup> SOUZA, 2007, p. 13.

<sup>46</sup> SOUZA, 2007, p. 36.



**Figura 1.** Área do Traçado do Gasoduto Coari-Manaus.<sup>47</sup>

Fonte: SDS/Petrobrás, 2004. Imagem Landsat -7/ETM+, 2003.

Entende-se como utópica a redução de custo na Conta de Consumo Coletivo (CCC) paga pelo consumidor, além da impossibilidade desta extinção, objeto que significaria vantagens econômicas e sociais para a região, destaque-se o fato de se tratar de um empreendimento cujos recursos explorados ficariam na própria região a fim de suprir as demandas locais, porém, o consumidor paga a conta de o mais alto custo do país, sonho de um empreendimento, ilusório, fantasioso.

#### 1.4 Perspectiva sobre a ponte Rio Negro

As populações locais com dificuldades para comercializar a produção da zona rural na capital do Amazonas colocaram suas esperanças na construção da Ponte Rio Negro. Uma ponte estaiada na rodovia AM-070, chamada de Rodovia Manuel Urbano, liga Manaus a Iranduba/AM (27 km da capital). Inaugurada em 24 de outubro de 2011, a ponte atravessa o trecho brasileiro do Rio Negro e é a maior ponte fluvial estaiada do Brasil, com 3,6 km de extensão.<sup>48</sup>

Além do turismo e do transporte dos afluentes dos rios Purus e Solimões, sua construção pretende desenvolver as regiões no entorno pelo transporte da produção hortigranjeira e oleira de Iranduba que detém a concentração de material para construção civil. Representa uma imponente construção tal qual o Teatro

<sup>47</sup> Na figura 2 - traçado do gasoduto que passou nos oito municípios: Coari, Codajás, Anori, Anamá, Caapiranga, Manacapuru, Iranduba e Manaus. SOUZA, 2007, p. 17.

<sup>48</sup> PONTE RIO NEGRO. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/ponte\\_rio\\_Negro#cite\\_ref-portal](http://pt.wikipedia.org/wiki/ponte_rio_Negro#cite_ref-portal)>. Acesso em: 25 out. 2011.



Amazonas, em diferentes épocas representam um marco na integração da Região Metropolitana de Manaus (RMM).<sup>49</sup>

Mais do que uma solução logística para o escoamento da produção e o transporte de pessoas, a ponte abriu oportunidades ao desenvolvimento socioeconômico do interior. Cita-se a construção da Cidade Universitária<sup>50</sup> que prevê a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em um complexo arquitetônico-urbanístico para fins de ensino, pesquisa e extensão, localizada próximo à cidade de Iranduba, Km 7 rodovia Manuel Urbano (AM-70).

Recentemente os meios de comunicação local noticiaram a ordem de serviço<sup>51</sup> para a construção da primeira etapa do empreendimento - prédios da reitoria, refeitório e biblioteca. O projeto visa disponibilizar a educação para aqueles que sonharam cursar uma faculdade e nunca tiveram oportunidade. No complexo serão construídos<sup>52</sup> apartamentos para dois mil estudantes, com um refeitório que prevê o atendimento a professores e alunos.

Na sequência estão as duplicações da Rodovia AM-70 e vicinais para facilitar o escoamento da produção agrícola, oleira e hortigranjeira. Estima-se a instalação de internet para o outro lado do rio Negro por meio da empresa de Processamento de Dados Amazonas S/A (PRODAM). Ao lado da ponte, em Manaus, localizam-se órgãos estaduais como Defesa Civil, Polícia Militar, Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos do Estado do Amazonas (ARSAM), Secretaria de Fazenda (SEFAZ), e um aparato de equipamentos e pessoal capacitado para garantir a trafegabilidade, controle e a segurança daquela via de acesso para a capital.

Além de Iranduba, acrescentam-se as projeções de desenvolvimento para Manacapuru através de propostas de revitalização do porto da cidade, para tornar o município um entreposto de cargas, reunindo produtos de outras cidades com

---

<sup>49</sup> Região Metropolitana de Manaus fundada em 2007. Comporta 8 municípios: Manaus, Iranduba, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Careiro e Autazes. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/>>. Acesso em: 28 out. 2013.

<sup>50</sup> PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Cidade Universitária. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/>>. Acesso em: 28 out. 2013.

<sup>51</sup> PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

<sup>52</sup> PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

destino a Manaus. Além da melhoria da trafegabilidade de navios de cargas de importação e exportação, nacional e internacional, pretende-se descongestionar o porto da capital, cedendo espaço para desembarque de usuários de outras regiões internas como os municípios do Baixo-Amazonas e Alto Rio Negro.

A integração com a metrópole se concentra na facilidade de transportar a produção de calcário dolomítico, de uso agrícola, via AM-70 e ponte sobre o Rio Negro. Com as instalações inauguradas em 7 de março de 2014,<sup>53</sup> pretende-se atender a demanda de consumo dos produtores agrícolas e piscicultores que usam o produto para a melhoria da qualidade na produção. No entanto, este produto era provindo de outros estados brasileiros, o que gerava dificuldades de uso para os pequenos agricultores de economia doméstica.

Apesar de todas as justificativas econômicas, sociais e políticas das autoridades e órgãos institucionais, pairam dúvidas de alcance dos objetivos e sobre a localização do empreendimento em Manacapuru. Esse projeto pretende produzir, inicialmente, calcário dolomítico, noutra etapa será calcário para massa asfáltica e cal de parede. Em relação à produção local, conseqüente queda de preço, e a possibilidade do pequeno produtor adquirir para melhoria da qualidade da produção agrícola e piscicultura, deve-se esperar os acontecimentos futuros.

### **1.5 Perspectiva da rodovia Manoel Urbano (AM-070)**

Entre as prioridades do governo, a partir da construção da ponte sobre o Rio Negro, verifica-se ser um desafio à realização do subprojeto para expansão de benefícios até Manacapuru (86 km de Manaus). Alguns problemas ambientais têm interferido no avanço a partir do km 10, Iranduba. Pequenos sítios arqueológicos e condições climáticas são fatores que comprometem o avanço da obra na região. Há também instabilidade das estações climáticas. Nos primeiros 15 km, que serão duplicados, já podem receber revestimento asfáltico,<sup>54</sup> a terraplanagem está em andamento.<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

<sup>54</sup> PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

<sup>55</sup> PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/>>. Acesso em: 30 out. 2013.

Através desses projetos, pela localização estratégica, ao lado esquerdo do Rio Solimões, será possível o transporte de cargas de matéria prima por balsas vindas de Urucará. Os produtores do Alto Juruá e Solimões poderão adquirir produtos por preço de fábrica, a partir da isenção do pagamento do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), bem como sobre a compra do minério que será com subsídios do governo estadual para o transporte fluvial.

As perspectivas de desenvolvimento, descritas neste capítulo, dispõem-se para tais melhorias sociais e econômicas. Porém, por investidas de políticas econômicas e sociais que já foram direcionadas em épocas anteriores, permite uma grande expectativa sobre a realização destas interligações projetadas para os fins, a exemplo descrito neste trabalho:

1) Demarcação territorial para controle e exploração de riquezas como o látex, fauna, flora amazônica e minerais preciosos: verificou-se uma prática de segregação humana e degeneração natural de espécimes;

2) Zona Franca de Manaus – oportunizou a segregação do trabalho operário e a explosão populacional desordenada, gerando grandes problemas sociais na capital;

3) Gasoduto Coari-Manaus – gerou uma segregação das riquezas minerais (gás) com tímidos benefícios para a Região;

4) Ponte sobre o Rio Negro – ainda sem dados suficientes para avaliar sua funcionalidade, sobretudo no que se refere à construção da cidade Universitária (UEA), fonte de educação no Estado;

5) Duplicação da Rodovia AM-70: como subprojeto em andamento, tem-se muitas expectativas sobre as metas que se esperam alcançar.

Evita-se emudecer sobre as dúvidas que pairam sobre as realizações desses projetos, cercados por interesses político-partidários e econômicos, atualmente as obras de duplicação (AM-70) estão paralisadas. Neste momento, interrompem-se os registros narrativos em forma de **Anúncio** sobre os episódios que se repetem em projetos direcionados ao Estado do Amazonas. Pela escassez de literatura referente à temática aqui abordada, buscou-se em leituras e em dados atuais, disponibilizados pela internet ou em noticiários por oitiva, dados que podem ser modificados ao longo do processo de trabalho. No próximo capítulo serão

apresentados tópicos configurados na forma de **Denúncia**. A partir de análise dos acontecimentos ocorridos em décadas passadas, registra-se que episódios mantêm-se reiterados e tendem a se perpetuar nas propostas contemporâneas para o desenvolvimento social e econômico do Amazonas.

## 2 A DENÚNCIA: CONTEXTO HISTÓRICO DA SEGREGAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA NO AMAZONAS SOB CINCO PERSPECTIVAS

Neste capítulo apresenta-se a perspectiva da *denúncia* para manifestar uma reflexão sobre as ações de segregação social e econômica, com evidências dos fatos analisados sob os registros em obras de autores anteriormente citados, além de fontes pesquisadas por noticiários na mídia local, numa leitura mais reflexiva, faz-se presente proposições ideológicas baseadas por textos redigidos nas cinco perspectivas anteriormente apresentadas.

### 2.1 Perspectiva dos escritores brasileiros: segregação das riquezas naturais e humanas no Amazonas

Com referência ao contexto histórico da região amazônica, a perspectiva dos escritores brasileiros apoia-se nos registros sobre as *denúncias* daquele momento que sinalizavam para várias consequências que o povo sofreria por estarem vulneráveis a certas agressões sociais e econômicas, não só sobre o ser humano, mas também sobre os recursos naturais, flora, fauna e minerais.

#### 2.1.1 Alexandre Rodrigues Ferreira

Por razões de sua credibilidade científica, seus registros deram informações importantes até no exterior. Suas *memórias* catalográficas foram usadas por pesquisadores europeus por quase dois séculos. Documentos que, além de ficarem disponíveis no Museu Zoológico de Lisboa, foram usados nas pesquisas por naturalistas franceses. Entre as espécies denunciadas de extinção estavam os quelônios e o peixe boi.<sup>56</sup>

Sob ordem expedida por João Pereira Caldas aos Governadores Interinos, em 10 de fevereiro de 1780,<sup>57</sup> nº4, foi liberada a captura dessas duas espécies para fins comerciais na Europa e para a manutenção alimentícia, dentre outras utilidades, para a tripulação de viajantes que formavam a comissão de demarcação da região Norte do Brasil. Alexandre denunciava sobre o primeiro espécime, uma tartaruga para chegar ao crescimento adulto demora décadas de existência. Dizia que anualmente inúmeras tartarugas eram desperdiçadas ao arbítrio dos índios; as

---

<sup>56</sup> FERREIRA, 1972, p. 59.

<sup>57</sup> FERREIRA, 1972, p. 41.

ninhadas estavam descobertas, pisadas ao relento, e a maior parte dos filhotes fora consumida sem necessidade, influenciando para sua extinção no decorrer do tempo.

Um dos episódios que demonstra preocupação, em outras localidades, encontra-se na Carta expedida pela Coroa Portuguesa ao Joaquim Tinoco Valente.<sup>58</sup> Havia justificativas improváveis para continuarem a exploração, visto que tinham espécies de alimentos destinados para a subsistência humana. Assim, registrava-se que na Vila de Barcelos o governador João Pereira Caldas,<sup>59</sup> responsável pela comissão demarcatória e pelo sustento dos empregados, não só naquela missão, mas também em outras expedições, determinou que não houvesse proibição daquele tipo de alimento para os viajantes.

**Tabela 1.** Número de tartarugas apreendidas, consumidas e/ou descartadas pelas ordens da Coroa Real Portuguesa.

<b>PESQUEIROS</b>				
ANO	TARTARUGAS RECOLHIDAS AO CURRAL			Tartarugas Mortas
	Puraquequara	Rio Branco	Araçá (extinto em 1781)	
1780.....	1.572	247	73	375
1781.....	2.834	2.208	73	2.219
1782.....	3.466	1.297	-	1.608
1783.....	2.826	1.731	-	2.964
1784.....	2.659	2.259	-	1.972
1785.....	2.090	2.320	-	2.262
TOTAL.....	15.048	10.062	146	11.400

**Fonte:** FERREIRA, 1972, p. 41.

A Tabela 1 apresenta a captura legalizada pela Coroa Real Portuguesa de produtos destinados à alimentação dos pertencentes à Comissão de Demarcação de Limites, entre 1780 e 1785. Entre eles estavam os Mazombos, os índios, os portugueses e as tropas de guarnição da Capitania Expedicionária. Naquela época, a degradação da espécie era incentivada pelo encarregado da demarcação dos limites territoriais. Num período de seis anos, 36.656 unidades foram capturadas, sendo aproveitadas 25.400 e 11.256 desperdiçadas. Considere-se apenas o curral

<sup>58</sup> Governador que foi da Capitania do Rio Negro, por Ato de 19 de setembro de 1769, proibindo a viração da espécie no Rio Branco. FERREIRA, 1972, p. 41.

<sup>59</sup> Governador de Barcelos, primeira capital do Amazonas, justificando as improváveis razões para continuar a captura do espécime demonstrado na tabela 1. FERREIRA, 1972, p. 41.

pertencente à Demarcação dos Limites. Registrem-se outros pertencentes à Capitania.

**Tabela 2.** Número de tartarugas apreendidas e/ou descartadas pelas ordens da Coroa Real Portuguesa.

#### OUTROS PESQUEIROS

ANO	TARTARUGAS RECEBIDAS	TARTARUGAS MORTAS
1780.....	2.740	765
1781.....	2.846	876
1782.....	2.728	770
1783.....	2.892	833
1784.....	2.710	1.217
1785.....	2.896	1.600
TOTAL.....	16.812	6.061

Fonte: FERREIRA, 1972, p. 42.

A Tabela 2 apresenta o produto destinado para fins de alimentação entre outras utilidades, durante 1780 e 1785. Somem-se as duas estatísticas de entradas e saídas e tem-se 53.468, com aproveitamento de 36.007 unidades em conjunto e 17.461 desperdiçadas. Número preocupante naquele momento de exploração e consumismo.

Nestas memórias fica demonstrada a preocupação conservacionista ao mencionar “Este anfíbio tão útil ao Estado ainda não mereceu cuidados ou providências que são requeridas para evitar os abusos que se praticam contra ele”.<sup>60</sup> Os dados numéricos apresentados nas tabelas anteriores corroboram sua afirmativa e evidenciam a abundância da espécie antes do final do século XIX.

No que se refere à captura da segunda espécie - Peixe-boi - esta foi mais acelerada e preocupante, tanto que em uma carta datada de 4 de setembro de 1778, dirigida ao Real Erário, sua majestade portuguesa havia ordenado sobre a moderação das despesas expedicionárias. A carta revela “que o Pesqueiro Real estabelecido no rio Tapajós, no lago de Sapucá, e no lago Grande [...], se mandou

<sup>60</sup> Visível denúncia sobre a captura da espécie. FERREIRA, 1972, p. 41.

inteiramente suspender pondo arrecadação todos os seus móveis”.<sup>61</sup> O mesmo sucedeu ao de Faro<sup>62</sup> nos mesmos propósitos. Ordenava a Dionísio Gonçalves Lisboa, como administrador do Real Pesqueiro dos lagos de Vila Franca,<sup>63</sup> que em vista ao seu fraco rendimento entre outros informes, declaravam-lhe que o rendimento do pesqueiro não era certo.

Sinais visíveis da escassez desta espécie, em razão do esgotamento da fonte de produção, uns anos avultavam a mais o número das arrobas de peixe, e dos potes de manteiga, do que dos outros.<sup>64</sup> Por essa situação, tomou iniciativa para diminuir a captura. No dizer de que “Certifico, contudo que nos dois anos de administração rendeu: 3.873 arrobas de peixe e 8.683 potes de manteiga, havendo para isso a mortandade de 8.500 Peixes-Boi, um pouco mais ou menos”.<sup>65</sup>

As autoridades da Coroa Portuguesa, naquele momento, decretaram por portaria ao General de Estado que ficariam proibidas as pescarias por particulares. Entende-se que a proibição não fora por razões de preservação da espécie, mas para justificar as mal sucedidas buscas pela produção comercial, denunciadas nas memórias de Ferreira.

Nas espécies descritas havia uma variedade daquele peixe mamífero de características adversas que oscilavam em peso, tamanho e natureza produtiva: carne e gordura, lustradas pelo naturalista. Como se pode verificar pelo documento transcrito, pertencente ao Museu Zoológico de Lisboa, a saber, “417 espécies de animais, representadas por 592 exemplares, foram utilizadas por naturalista Francês em suas pesquisas”.<sup>66</sup>

[...]. Decorrido século e meio da Viagem Filosófica, algumas das espécies mencionadas como abundantes na região acham-se hoje incluídas na “Lista Oficial das Espécies de Animais e Plantas Ameaçadas de Extinção no Brasil”.<sup>67</sup>

Na visão do naturalista, já naquela época, em dois de seus manuscritos, *Memórias*, Alexandre Rodrigues Ferreira alertava as autoridades para o perigo de

---

<sup>61</sup> Visível preocupação sobre a ameaça de extinção. FERREIRA, 1972, p. 63.

<sup>62</sup> FERREIRA, 1972, p. 63.

<sup>63</sup> FERREIRA, 1972, p. 63.

<sup>64</sup> FERREIRA, 1972, p. 64.

<sup>65</sup> FERREIRA, 1972, p. 63.

<sup>66</sup> FERREIRA, 1972, p. 63.

<sup>67</sup> Evidência de extinção denunciada há mais de um século. FERREIRA, 1972. p. 05.



extinção daquele mamífero que comportava uma singular biologia, uma composição muscular misto de peixe e bovino.

Para situar, neste tópico, a reflexão sobre a submissão e segregação humana, reporta-se às cartas encaminhadas pela comissária colonial brasileira à Real Coroa Portuguesa, nas quais procuravam demonstrar justificativas para a manutenção da opressão através da guerra e do cativo, sob os interesses e benefícios do Estado. Atitudes conflituosas e punitivas contra os índios e a eventual escravidão deles ao estado servil eram indicativas para denunciar uma segregação humana. No entanto, o naturalista sempre advertia contra os excessos que habitualmente cometiam contra colonos, índios, caboclos e seringueiros.

### *2.1.2 Euclides da Cunha*

O autor foi nomeado chefe da “Comissão Mista brasileiro-peruana de reconhecimento do Alto Purus”.<sup>68</sup> Assim como em pleno século XIX, as multinacionais deixavam suas nações de origem em busca de espaço num paraíso desconhecido pelos próprios habitantes da região Amazônica, o cientista brasileiro Euclides da Cunha também investiu no desconhecido mundo amazônico para atender uma expectativa de um país que não se reconhecia na imensidão formada pela região de rios, florestas e riquezas naturais.

Naquele momento registrou episódios históricos de segregação humana, de caráter serventário social e econômico. Numa temporalidade não muito distante as multinacionais exerceram o continuísmo das ações do passado por explorar tecnologicamente as riquezas na região através da posse iminente que foi objetivada pela cobiça e pelo lucro fácil. Para Euclides, a posse era importante, significava povoar o desconhecido até aonde o governo brasileiro não tinha domínio. Entendia que só através do domínio, e posse territorial, poder-se-ia desenvolver a região, antes, porém, deveriam ser detectados e conhecidos os problemas sociais e econômicos que envolviam os habitantes.

Sobre a exploração humana, no dizer Euclidiano sobre o egoísmo dos patrões opulentos, “o homem ali trabalha para escravizar-se”.<sup>69</sup> Comparava o sofrimento dos seres humanos aos mesmos descritos em suas obras. Na obra *Os*

---

<sup>68</sup> PIZA, 2010, p. 19.

<sup>69</sup> Denúncia da exploração do serviço humano. CUNHA, 2006, p. 13.

*Sertões*, a **denúncia** apresenta-se como um alerta, porém, na obra *Terra sem História*, Euclides descreve de forma mais objetiva e recomenda a aplicação de leis trabalhistas (1906) para que se salvasse aquela sociedade, invisível e abandonada, segregada pela ganância econômica e humilhada pela mais arbitrária arrogância humana. Presume-se que a partir destas informações, de fatos do extremo norte territorial brasileiro, as autoridades governamentais tomaram iniciativas para elaborar a proposta legislativa brasileira que contemplasse toda extensão deste País, que culminou no governo do presidente Getúlio Vargas, com a regulamentação de amparo legal ao trabalhador.

Euclides da Cunha **denunciou**, em sua literatura, e de forma categórica, a exploração do sertanejo-seringueiro, quando o descreveu como homem-escravo que trabalhava sem perspectiva de riqueza e liberdade social; o nordestino, ao ser recrutado, principalmente no Ceará, já iniciava uma dívida impagável, uma vez que lhe eram cobrados os custos da viagem, os utensílios destinados à exploração da seringueira, além de ser forçado a adquirir mercadorias e a vender sua produção, exclusivamente, para o proprietário do seringal. Naquela condição não poderia abandonar o seringal sem antes quitar suas dívidas, “o seu sonho de voltar ao nordeste nunca se concretizaria”.<sup>70</sup> Assim, consolida-se uma perversa segregação racial e um determinismo regional aos trabalhadores dos seringais.

Na concepção de cientista social, **denunciou** o que viu no sertanejo, um atraso evolutivo, porém, neste ponto de abstinência não enxergou a possibilidade de um resgate de qualidade de vida que aquele povo vinha gradativamente perdendo. Sobretudo, manifestava a necessidade de não apenas incorporar os excluídos ao progresso, mas também de aprender com eles a lição de força e abnegação diante da fragilidade imposta pela ignorância. No entanto, surgia a bravura do ser humano que habitava na sociedade dos invisíveis daquela época. Atributos registrados no fragmento subtemático “À margem da história” como: “Aqueles caboclos rijos [...] não são feitos do meio; surgem a despeito do meio; triunfam num final de luta”.<sup>71</sup>

Esse item refere-se ao conjunto de tópicos pontuais de uma visão crítica de **denúncia** Euclidiana descrita em subtópicos na obra: *Terra sem História*: a) os *vários estudos* – demonstrando a preocupação sobre a necessidade da integração

---

<sup>70</sup> Denúncia de escravidão extrema nos seringais. CUNHA, 2006, p. 29.

<sup>71</sup> PIZA, 2010, p. 115.

nacional através da Amazônia, com perspectiva de uma política social de globalização nas Américas; b) *da Independência à República* - neste ensaio vislumbrava um processo histórico, numa cronologia social lenta; c) em *Estrelas Indecifráveis*, a crônica volta sua atenção para a necessidade das pesquisas, não só científicas, tecnológicas, literárias, mas também para as de vertente agnosticista, pressupondo-se não descartar o conhecimento e saberes e cultura popular.

Em síntese, analisa-se aqui o imediatismo dos estrangeiros que tiveram iniciativas mercenárias bem antes dos olhares do povo brasileiro, século XIX, desde a exploração de látex até nossos dias, muitas destas iniciativas disfarçadas de piratarias científicas continuam na região Amazônica, a título de turismo ecológico, intercâmbio cultural e algumas intransparentes missões sociais através de Organizações Não Governamentais (ONGs).

## 2.2 Perspectivas da Zona Franca de Manaus

Com a liberdade cronológica de se registrar a **Terra com história** (*nosso grifo*), a partir da década de 60, com a implantação da Zona Franca de Manaus (ZFM), houve uma explosão populacional desordenada proveniente dos municípios do interior do Estado e de outros estados brasileiros. Manaus sofreu um crescimento populacional desordenado, promovida por muitas habitações periféricas que povoaram as margens dos igarapés e se assentaram em áreas de risco.

Sérios problemas de saúde pública foram desencadeados por diversas razões de ordem social e econômica, entre as mais graves encontram-se a falta de saneamento básico, habitação e de transporte. Surgiram então grupos de imigrantes que desconheciam os hábitos, costumes e serviços operacionais da Capital. Entre outras consequências, por sobrevivência naquele ambiente, proliferou-se o desemprego, seguido de degeneração familiar, delinquência e prostituição. Fatos dessa natureza aconteceram por falta de planejamento de políticas públicas, direcionadas ao desenvolvimento de qualquer que seja o projeto.

As metas estabelecidas no projeto ZFM previam o ordenamento urbanístico para trafegabilidade da produção e habitação dos operários do PIM. No entanto, priorizou-se o primeiro por interesse comercial, enquanto que o segundo se limitou a outras ajudas pouco significativas para quem não dispõe de moradia, tais como, vale-alimentação, vale-transporte e algumas assistências à saúde previdenciária e

seguridade social. No caso dos trabalhos insalubres, estabeleceram-se gratificações compensatórias que jamais compensariam os riscos às exposições aos produtos químicos e turnos interrompidos de produção.

Através da invasão do capital estrangeiro representado por algumas empresas multinacionais, estabeleceu-se uma cultura de exploração da mão de obra operária de baixo custo; naquele momento não mais os seringueiros nordestinos do início do século XX, mas os jovens da capital e interior do Amazonas.

O principal atrativo foi a proposta de incentivo fiscal do governo brasileiro para se estabelecer o desenvolvimento da indústria e comércio de eletroeletrônicos na capital amazonense, iniciando-se pela linha de montagem de artefatos para a exportação nacional e internacional. Consolidaram-se mais uma vez a segregação social na região sob o aval dos projetos institucionais.

Nessa análise, o processo de manutenção do projeto ZFM se apóia nas facilidades dos incentivos fiscais e na disponibilidade de mão de obra. Por isso que o prazo de vigência do modelo foi prorrogado de 2013 para 2023, por meio da Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003;<sup>72</sup> a definição de Processos Produtivos Básicos (PPBs) para produtos fabricados no PIM é orientada pelo maior adensamento de cadeias produtivas nacionais, inclusive dos biocosméticos. Existe um esforço para ampliar a inserção internacional do modelo, sobretudo por meio de missões comerciais, participação em acordos de comércio exterior e realização de eventos de promoção comercial, a exemplo da Feira Internacional da Amazônia.

No entanto, permanece a busca pelo aumento das exportações e maior equilíbrio da balança comercial; ampliam-se os investimentos da SUFRAMA<sup>73</sup> em projetos de modernização produtiva e infraestrutural nos municípios da sua área de atuação, envolvendo construção de aeroportos, estradas, estruturas turísticas, projetos pilotos de produção e capacitação de mão de obra. No referente à pesquisa, algumas resultaram em benefícios para a região, a exemplo da produção de embalagens biodegradáveis, mas os maiores benefícios foram para o estrangeiro, no setor de medicamentos cosméticos, alimentação e minerais. O

---

<sup>72</sup> SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Modelo ZFM. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/zfm.principal.cfm>>. Acesso em: 30 out. 2013.

<sup>73</sup> SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Modelo ZFM. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/zfm.principal.cfm>>. Acesso em: 30 out. 2013.

projeto previa uma política social habitacional para os trabalhadores do PIM que atendesse à demanda comercial e industrial que, no entanto, nunca se efetivou, no máximo, foram direcionadas pequenas incorporações compensatórias, vale-transporte, auxílio alimentação para os turnos ininterruptos.

Sobre as preocupações elencadas em *Terra sem história*<sup>74</sup> relacionadas às especulações das multinacionais em busca de espaços num paraíso desconhecido. Analisa-se sob o ponto de vista da ideologia do capital, a subjetividade do viés científico que descarta os valores sociais na medida em que se propagavam no exterior o lema do “mito moderno da natureza intocável”<sup>75</sup> sobre as reservas naturais, sob o título de subdesenvolvido, doutrinando para a cultura da ignorância.

Pelos registros Euclidianos tem-se clareza da preocupação sobre os programas de desenvolvimento na região, a exemplo da exploração do látex, o projeto ZFM - Zona Franca de Manaus, gasoduto Coari-Manaus, fatos que se repetem em propostas de soluções mirabolantes propagadas para o exercício da segregação e da exploração social.

Em síntese, a ZF-Manaus foi idealizada.<sup>76</sup> Manaus deu início como centro de desenvolvimento do polo industrial, comercial e agropecuário.<sup>77</sup> Os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, com extensão de partes dos benefícios fiscais e sociais,<sup>78</sup> em 1989 – tornam-se Área de Livre Comércio (ALCs) para desenvolver os municípios de fronteiras internacionais, com extensão de alguns benefícios destinados para Manaus. Percebe-se com evidência que ficou estabelecida a mesma política de desenvolvimento econômico e social de tempos passados, têm-se notícias oficiosas de prolongar-se por mais trinta anos.

---

<sup>74</sup> Denúncia sobre as investidas sobre pesquisas de interesse estrangeiro. CUNHA, 2006, p. 13.

<sup>75</sup> DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo. Hucitec, USP, 2000. p. 59. Ecofilosofia que tem como base o mito conservacionista americano do século XIX, a proteção da natureza aparece como uma necessidade imperiosa para a salvação da humanidade.

<sup>76</sup> SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Modelo ZFM. *Lei nº 3.173 – 06/06/1957* com propósito de porto livre comércio. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/zfm.principal.cfm>>. Acesso em: 30 out. 2013.

<sup>77</sup> SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Modelo ZFM. *Decreto Lei nº 288 – 28/02/1967* – amplia 30 anos, com área física de abrangência 10.000 k2. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/zfm.principal.cfm>>. Acesso em: 30 out. 2013.

<sup>78</sup> SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Modelo ZFM. *Decreto Lei nº 291 – Área da Amazônia Ocidental*. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/zfm.principal.cfm>>. Acesso em: 30 out.2013.

### 2.3 Perspectivas do gasoduto Coari – Manaus: recursos naturais para produção de energia

Inicia-se a exposição a partir de estudos para a construção de uma hidrelétrica na região, com a estimativa de aproximadamente 2.930 km<sup>2</sup> de área inundada. Segundo o Instituto Socioambiental de São Paulo (ISA/SP), o preço médio admissível para a construção de hidrelétricas é de US\$ 1.000,00 o Kwh.<sup>79</sup> Portanto, pelo provável impacto ambiental e desgaste de recursos públicos seria inviável a construção de uma usina para produção de energia.

Uma das questões preocupantes para a construção civil foram os acidentes naturais e humanos, como o que aconteceu com as barragens construídas nas lagoas de decantação, igarapé Jacutinga, um dos tributários do rio Alalaú que atravessava toda a reserva dos índios Waimiri-Atroari.<sup>80</sup> Os rompimentos atingiram moradores da vizinhança em 1993, sendo bastante questionado pelas autoridades e população no Estado do Amazonas. Por essas e outras razões justificava-se a construção do gasoduto como alternativa de geração de energia de baixo custo.

Com a descoberta de petróleo e do gás na região de Urucu, vislumbrou-se no interior do Estado a credibilidade de desenvolvimento pela possibilidade de mudança da fonte energética para uma matriz com menor custo operacional, objeto fundamental para o objetivo proposto. Contudo, dentre muitos questionamentos, que não degradasse o meio-ambiente e a operacionalização do produto até os grandes centros consumidores com um preço acessível. No entanto, as proposições do projeto alternativo não se concretizaram, desde a mudança na fonte de energia, custo operacional, fornecimento de energia com preço mais acessível. A operacionalização aos grandes centros continua por via tradicional, somente Manaus recebe o benefício parcial, nenhuma cidade do interior situada no percurso do gasoduto dispõe dessa vantagem.

Reportando-se aos municípios de Iranduba – AM e Manacapuru – AM, neste último de onde o autor deste trabalho é natural, concentra-se o setor oleiro cerâmico da região, aproximadamente trinta olarias, incluindo as de médio e pequeno porte. Dentre essas indústrias destacam-se as de Miranda Corrêa, Nóvoa, Manauara e

---

<sup>79</sup> SOUZA, 2007, p. 28.

<sup>80</sup> OLIVEIRA. José Aldemir de. *Cidades na Selva*. Manaus: Universidade do Amazonas, 2000. p. 171.

Manaus, apenas a primeira usa pó de serragem no processo que alimenta os fornos para assar as telhas, o que é uma boa solução ambiental; as demais continuam utilizando a retirada de madeiras/lenhas.

Seria apropriado o uso do gás natural como suprimento de combustível nas indústrias de fabricação de tijolos e telhas, assim como o fazem outros empresários no sul do país, a exemplo o gás fornecido pelo governo boliviano. As olarias dos municípios anteriormente citados poderiam ser beneficiadas pela utilização desta fonte de abastecimento nas máquinas que operacionalizam a produção, tal uso permitiria a redução da retirada de madeiras, lenhas para queima de uso industrial, reduzindo a pressão sobre o meio ambiente. Assim, os impactos ambientais causados pelo setor oleiro seriam concentrados na retirada de solo, atividade que precisa de atenção especial, pois existem sinais de degradação nas margens da Rodovia Manuel Urbano – estrada que liga Manaus a Manacapuru.

Entre outras razões, não se justifica o descaso de não atender a demanda desse combustível a esse setor em particular. Por oitiva, as pessoas que moram na área de influência, expressam expectativas sobre as possíveis transformações econômicas decorrentes das condições de vida que poderão ser melhoradas a partir do uso desta fonte de energia. Este sentimento reflete na falta de melhorias naquelas comunidades, assim como a falta de comprometimento das instituições que se responsabilizaram pela execução do projeto, registre-se até o veto da atual presidenta por improváveis razões.

Tais mudanças deveriam estar refletidas na construção de boas escolas, em saúde pública, geração de renda e valorização cultural através do incentivo à criatividade pessoal no local, sobretudo o respeito ao meio ambiente e, por fim, melhorias na qualidade de vida. No âmbito dos projetos institucionais de quaisquer investimentos aplicados, deveriam estar à altura da realidade socioeconômica do ambiente, e isto implica que não se podem aplicar hoje as mesmas ideias experimentadas em outras épocas. Presume-se a necessidade de se investir também em pesquisas humanas e sociais a fim de apontar caminhos, evitando-se repetir os desacertos do passado.

#### **2.4 Perspectiva da ponte Rio Negro: sobre os objetivos da construção**

Segundo estudos elaborados pela Secretaria da Região Metropolitana de Manaus,<sup>81</sup> o autor dos estudos que embasou o pedido de financiamento da ponte feito pelo Governo do Amazonas ao BNDES, professor Mauro Thury (UFAM), afirmou que mesmo sem a expansão dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM), alguns benefícios serão direcionados para o interior em relação à Capital,<sup>82</sup> o que poderá ser um fator estimulador da economia, assim como seria oportuno a oferta de gás natural nos municípios por onde se instalou o gasoduto Coari-Manaus, objetivo com pouca efetividade para o alcance dos objetivos proposto em benefícios das populações da região.

A ponte, de acordo com Sr. René Levy, secretário da SRMM, desempenha um papel importante através de um plano diretor (Plano Metropolitano), global e setorizado, abrangendo habitação, saneamento básico, transportes, sistema viário, institucional, industrial e comercial, projetado a partir de uma ampla discussão com a sociedade dos municípios. Sem dúvidas, existem sinais de melhorias na qualidade de vida e dos beneficiários, sobretudo no que se refere o ao acesso por via terrestre até a capital Amazonense, a população dispõe de uma alternativa mais eficaz do que a tradicional que se limitava ao transporte fluvial. Porém, torna-se preocupante a falta de iniciativa das autoridades para iniciarem alguns projetos estabelecidos no plano diretor, como na área de habitação, saneamento básico, comunicação, internet banda larga, segurança e sistema viário. Este último com tímida iniciativa de duplicação da rodovia AM-70, obras paralisadas desde setembro de 2013.

No contexto socioeconômico do Estado do Amazonas, surge um empreendimento de monumental importância para a região que nutre de esperanças os olhares confiantes num futuro promissor, porém, para os mais atenciosos pairam dúvidas sobre esta expectativa, ao recordar de outros projetos de prosperidade descritos anteriormente neste trabalho, e que se reverteu em segregação econômica, social e das riquezas naturais.

Com a integração dos municípios metropolitanos, através da ponte, o plano diretor para essa integração caminha lentamente, razões que comprometem alguns

---

<sup>81</sup> A região beneficiada com a ponte sobre o rio Negro terá um potencial para a construção naval, avicultura e extrativismo das fibras de juta e malva. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/>>. Acesso em: 28 out. 2013.

<sup>82</sup> SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Modelo ZFM. *Lei Estadual de Incentivos Fiscais nº 2826/2003*. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/zfm.principal.cfm>> Acesso em: 22 maio 2013.



setores de desenvolvimento e bem-estar social. Por consequência, pela ocupação da margem direita do Rio Negro, que se inicia por Iranduba, na comunidade de Cacau-Pirêra, registram-se os impactos causados pelo fluxo migratório desordenado, a exemplo do que aconteceu pela implantação do projeto-ZFM, na década de 1970. Observa-se que a pressão urbana de Manaus poderá ser transferida para os municípios mais próximos: Iranduba, Manacapuru e Novo Ayrão. O primeiro já convive com os efeitos migratórios por ser considerada “cidade dormitório”,<sup>83</sup> fator que poderá se transformar em bairro periférico da capital.

Em termos de crescimento populacional, estima-se que a cidade com aproximadamente 40.000 habitantes num espaço de dez anos ultrapasse a contingência para 120.000. Em uma proporção desta explosão demográfica tornam-se preocupante as condições de infraestruturas para comportar tal fenômeno, as autoridades locais já denunciam estas preocupações pelas condições que estão ocorrendo no meio urbano, a exemplo dos conflitos por invasão de terras para erguerem-se habitações periféricas no entorno da cidade, um conglomerado de favelas, como no caso do bairro Nova Veneza, tratam-se de habitações construídas na margem direita do leito da ponte, numa área de várzea, formado por emaranhado confuso de terra batida, que no período de fluxo da cheia fica submerso.

Outra situação preocupante ainda na questão habitacional é a especulação imobiliária na estrada que conduz à cidade, nas margens dessa vicinal encontram-se dezenas de placas de propagandas, anunciando vendas de lotes e condomínios residenciais, na sua maioria vendas clandestinas e que propagam conforto improvável pela falta de infraestrutura básica de água, esgoto, pavimentação, iluminação e sem documentação de credibilidade legal.

Com referência à segunda cidade, a integração também traz grandes preocupações, visto que outros fatos ocorrem. Em Manacapuru a questão das favelas torna-se menor, a maior pressão exercida se dá pela corrida imobiliária sobre propriedades produtivas. No setor agropecuário e para a piscicultura, a procura se dá não mais sobre pequenos lotes para habitações, mas sobre propriedades de médio porte para abrigar as instalações comerciais de filiais das grandes lojas da Capital. Registre-se que nesta corrida acompanham também as mazelas, falta de

---

<sup>83</sup> DICIONARIO HOUAISS ELETRONICO DA LINGUA PORTUGUESA - ANTONIO HOUAISS. São Paulo: Objetiva Ltda, 2007. v. 2.0. CD-ROM.

segurança, marginalização adolescente e infantil, drogas, assaltos, sequestros, por ser uma rota de transporte mais fácil dos meliantes das fronteiras com Colômbia e Peru.

A terceira cidade nesta rota recebe menor pressão pela distância, com aproximadamente 190 km da capital, porém, há fortes indícios sobre exploração sexual nas camufladas investidas do turismo ecológico, muito popular, da festa do Peixe-Boi, e visita ao aquário natural do Boto-cor-de-rosa.

Reconhecendo-se as merecidas metas de prosperidade que a integração da RMM oferece a estas cidades, a preocupação se faz com os fatos que estão ocorrendo e que irão ocorrer em nome do desenvolvimento regional, sobretudo pela falta de cumprimento das políticas públicas que deveriam ser executadas concomitantemente.

## **2.5 Perspectiva contemporânea: duplicação da rodovia Manoel Urbano (AM-070)**

Observa-se um novo projeto de expansão econômica para RMM que se constitui de grandes desafios. A duplicação da rodovia AM-70, num percurso de 86 km, que se inicia no município de Iranduba a partir da cabeça da ponte Rio Negro até a cidade de Manacapuru, teve seu início cercado de dificuldades de ordem ambiental, por consequência, originou um reflexo nas questões financeiras e trabalhistas. Os consórcios das empresas contratadas paralisaram os trabalhos desde setembro de 2013. No projeto as metas são extraordinárias, entre outras, a construção de um entreposto de cargas de produtos comerciais, agrícolas e hortigranjeiro no município de Manacapuru, deixando uma grande expectativa sobre esta realização.

Em 2012 foram inauguradas as estruturas do entreposto de carga de Manacapuru, localizado no médio Solimões e rio Purus. Construção de um prédio e um porto construído pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) direcionado pelo Governo Federal. No entanto não teve funcionalidade social e comercial, pois as obras complementares para dar escoamento aos prováveis produtos lá concentrados não foram concluídas, por isso não houve aproveitamento do bem comum.

Naquele projeto inicial, a duplicação se referia a obras de acesso somente na cidade de Manacapuru, pistas duplicadas no bairro de Terra Preta, no percurso aproximado de 10 km, até a localidade da ponte sobre o rio Miriti; no entanto, não saíram do papel, agora novas investidas de médio porte surgem dúvidas sobre a revitalização deste porto. As propostas são benéficas, mas deixam expectativas por já existirem sucessivas tentativas fracassadas, ser dar certo por falta de comprometimento das autoridades institucionais e políticas.

Quanto à atividade desenvolvida no setor industrial oleiro, tem-se clareza dos benefícios advindos pela interligação rodoviária oferecida pela Ponte Rio Negro. Identificam-se as facilidades proporcionadas por esta rodovia, antes deste empreendimento, o transporte tradicional era feito sobre balsas que atravessavam o Rio Negro, entre 40 a 60 minutos, com uma espera em filas para embarque que duravam entre duas a doze horas por vez, com alto custo por veículo transportado, carros e máquinas agrícolas de transeuntes que se localizavam na rodovia AM-70 e suas vicinais.

A **denúncia** aqui apresentada não se reporta ao transporte, mas se concentra na preocupação de se estabelecer políticas públicas direcionadas às explorações racionais das jazidas de argila para beneficiamento cerâmico. Estão visíveis os sinais de degradação ambiental, nas margens da rodovia veem-se expostas enormes valas sem nenhum tratamento específico, locais que comportariam os projetos de intervenção governamental poderia ser desenvolvidos com aproveitamento para instalações de tanques para o criatório de peixes, o que aumentaria o potencial piscicultor na região. No entanto, hoje, abrigam-se lagoas propícias ao desenvolvimento das larvas das doenças endêmicas, como malária e dengue.

Na expectativa de se estabelecer como cidade dormitório, espera-se que a Central de Abastecimento Mercantil e Hortigranjeiro venha beneficiar todos que fizerem uso. No entanto, a exemplo de outras centrais de abastecimento, necessita-se de uma política de fiscalização apropriada para afastar a possibilidade de cartéis comerciais, e monopólio, pelos atravessadores que fazem compras dos produtos por preços modestos e os exploram no ato de vender ao consumidor final, como ocorre na capital.

Outro projeto de grande importância para a emancipação da educação no Estado do Amazonas é a construção da cidade universitária da UEA, com serviço de limpeza e terraplanagem concluído no canteiro central. Recentemente foi autorizada, pelo ex-governador Omar Aziz, a construção dos três primeiros prédios: reitoria, biblioteca central e refeitório, na sequência a Escola de Ciências Sociais (ESO) e Escola Normal Superior (ENS).<sup>84</sup>

Muitas controvérsias têm surgido, a partir de estudos do impacto ambiental que poderá causar ao ecossistema, suspeita-se que por questões antecedentes, como ocorreu com a liberação da construção da Ponte sobre Rio Negro em três meses, atualmente as autoridades e órgãos institucionais estão mais cautelosos, visto que somente após 18 meses foram liberadas as construções iniciais.

Nutrem de esperanças as possibilidades de se construir o polo de desenvolvimento na educação no Estado do Amazonas, que certamente dará oportunidade de formação e qualificação de mão de obra mais específica, espera-se não mais serem futuros operários mecanicistas, mas que as novas tendências irão desenvolver-se na produção pesqueira, construção naval e mineração.

O que se analisa como preocupação são os investimentos que comprometem em dívidas do Estado junto ao BNDES e outras instituições, além dos processos de licitações para construção, na prática os consórcios vencedores contratam por um valor para vencer a concorrência, em pouco tempo, após iniciarem os trabalhos, criam mecanismos de despesas compensatórias a título de aditivo, na ordem desproporcional, como aconteceu com a construção da ponte sobre o Rio Negro que de 586 milhões passou para 1,099 bilhão de reais.<sup>85</sup> Esses fatos comprometem qualquer construção na questão do tempo de conclusão, o projeto previsto de 4 a 6 anos, provavelmente será de até 12 anos. Desse mecanismo dependem os sonhos de muitos brasileiros na espera de uma educação de qualidade.

O mais recente empreendimento foi a instalação da fábrica de calcário, na comunidade Bela Vista, no Km 55 da rodovia Manuel Urbano, AM-70, empreendimento bem-vindo aos produtores agrícolas e piscicultores da Região,

---

<sup>84</sup> PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

<sup>85</sup> PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2011.

porém fica aqui a **denúncia** das promessas de baixo custo comercial para o consumidor da Região, visto que a distância da fonte de matéria prima localizada no município de Urucará-AM, a 680 km da capital, sendo transportado por via fluvial, torna uma logística preocupante. Inicialmente o Governo do Estado irá subsidiar o transporte e ICMS, com promessa de oferecer o produto por preço bem menor do que o praticado no mercado interno de R\$400,00 por toneladas, passará para R\$155,00 por toneladas. Questiona-se até quando será mantido esse benefício após mudança de governo, visto que a empresa produtora não é estatal, com matriz em Caracaraí-RR e filial em Itaituba-PA.<sup>86</sup> Neste momento, interrompem-se as denúncias para prosseguir no que se considera uma **renúncia**.

---

<sup>86</sup> PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/>>. Acesso em: 08 abr. 2014.

### 3 A RENÚNCIA: CONTEXTO HISTÓRICO DA SEGREGAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA NO AMAZONAS SOB CINCO PERSPECTIVAS

Neste capítulo, descreve-se a perspectiva da **renúncia** com o propósito de buscar atenção das autoridades competentes para as ações que poderão ser direcionadas através de políticas públicas que possibilitem melhores condições sociais e econômicas na região, e, por consequência, diminuir a desigualdade social praticada pela segregação social e econômica, descrita nos capítulos anteriores.

#### 3.1 Na perspectiva dos escritores brasileiros

Os leitores mais experientes das obras e mídias que foram citadas, certamente perceberam nas entrelinhas as expressões de **renúncia** sobre os fatos registrados pelas prováveis consequências perniciosas ao ser humano e meio ambiente como um todo no ecossistema natural da Região.

##### 3.1.1 Alexandre Rodrigues Ferreira

Em se tratando de mudança, sobre as ações praticadas na captura de quelônios, *as tartarugas*, Alexandre Rodrigues Ferreira anunciou sua **renúncia** no momento em que demonstrou sua preocupação com os excessos de captura e desperdícios das unidades, números apresentados nos capítulos anteriores, tabelas 1 e 2, informações de cunho científico descritas em forma de *memórias* que foram repassadas ao rei de Portugal da época.

Atualmente essa espécie passou a receber proteção ambiental pelo Instituto Brasileiro e Desenvolvimento Florestal, que mitiga esforços para a proteção de alguns dos principais tabuleiros<sup>87</sup> de desova nos rios Trombetas, Tapajós e Amazonas. Por essas medidas a espécie poderá ser mantida com número razoável de indivíduos em locais onde antes eram abundantes.

No entanto, nessa região, por sua vasta extensão de rios, pântanos, igapós e igarapés, muitas áreas são vulneráveis não só na fiscalização, tanto por ser um contingente muito reduzido, e mal remunerado, quanto também, por vezes, serem

---

<sup>87</sup> DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Objetiva Ltda. v.2.0, 2007. CD-ROM. Rubrica 15: regionalismo no Brasil – banco de areia formado na maré vazante.

realizadas por voluntários pouco comprometidos com o serviço. Portanto, tal tarefa necessita de atenção especial das autoridades governamentais e institucionais de preservação ambiental. Para os ambientalistas, o que chama a atenção é a ineficiência das operações de fiscalização pela falta de recursos e mão de obra qualificada no exercício dessa proteção.

O Governo Federal determinou crime inafiançável em vez de operacionalizar mão de obra especializada com treinamento e equipamentos eficazes, a exemplo de outros países que tratam da proteção da fauna. Por essas e outras razões ocorrem crimes inexplicáveis, pelo mau comportamento de vigias voluntários despreparados para a preservação desta riqueza natural.

O mais recente desses episódios ocorreu no município de Manacapuru, região metropolitana da cidade de Manaus, em que um professor da rede estadual de ensino em visita a um destes tabuleiros foi brutalmente assassinado por vigias voluntários, os quais não tinham instrução educativa para comunicar os limites da área de tal proibição.

Outra espécie bastante ameaçada, pelas mesmas razões atribuídas aos quelônios é o Peixe-boi, mamífero que apresenta dados interessantes sobre a biologia, praticamente dizimados pela captura exagerada para fins comerciais e alimentícios regional. No início do século XX, existia grande quantidade de Peixes-boi nos rios e lagos amazônico. Como no caso anterior inclui uma advertência sobre sua conservação,

“sem dúvida de tantas utilidades quantas são as que deste mamífero se tiram, nenhum policiamento é feito de sua pesca” [...] “um arpoador fica feliz quando encontra um filhote para mais fácil arpoar a mãe” [...] “por isso não deve causar espanto, a sua raridade em alguns lagos onde já não os encontramos há alguns anos[...] havendo mortandade de 8.500 peixes-boi”. Atualmente acha-se entre as espécies incluídas na “Lista Oficial das espécies de animais e plantas ameaçados de extinção no Brasil”, recebendo proteção legislativa total do Governo.<sup>88</sup>

Por esta citação Ferreira alertava para os fatos daquele momento, manifestando renúncia sobre as ações de degeneração sobre o espécime.

Sobre os indícios de segregação social e desumana, Ferreira **renunciava** também nos comunicados enviados ao comissariado da Colônia Portuguesa que

---

<sup>88</sup> FERREIRA, 1972, p. 65.

não justificavam a guerra e o cativo por interesses dos benefícios ao Estado, cujas ações punitivas contra índios e eventual submissão ao estado servil, sempre advertiu contra os excessos que habitualmente eram cometidos sobre os colonos, singularizando o tipo de segregação étnica e social. Há mais de um século, continua o descaso sobre a questão social dos indígenas, os quais permanecem segregados pelos interesses políticos e econômicos nesse país. Renunciam-se estes fatos pelas tímidas atenções que o Governo Federal tem dispensado à política indigenista.

### 3.1.2 *Euclides da Cunha*

A **renúncia** de Cunha é identificada nas ações que ocorriam nos seringais, registro em “o homem ali trabalha para escravizar-se”.<sup>89</sup>

Hoje, apesar de se aplicar as leis trabalhistas, o ser humano desta região continua segregado pela ganância econômica e humilhado pelas arbitrariedades e descasos sobre os serviços públicos de primeira necessidade, saúde e educação de qualidade. Os mais prejudicados não são mais os seringueiros, mas os habitantes do meio rural e periférico das cidades. Um dos meios de superar essas diferenças far-se-á pela Educação que no conjunto das informações orientam para os esclarecimentos dos reais direitos de cidadão, daí poderão fluir movimentos sociais solidários para eleger os representantes comprometidos com o bem-estar social.

Numa visão geopolítica, renuncia-se ao modelo tradicional como o fez Cunha, e propõe-se a necessidade da integração nacional à Amazônia, sem características assistencialistas, e mais assistida pelos projetos sociais e políticas de globalização nas Américas, em especial ao produtor rural que se tivessem os mesmos incentivos que o Governo Estadual e Federal dispõe para as empresas multinacionais instaladas no PIM-Amazonas, os resultados seriam outros. Renuncia-se o ato governamental de negar a mesma atenção e incentivos dispensados para os imigrantes italianos na região Sul, ou aos japoneses da região norte quando chegaram neste país como colonos, os ribeirinhos da Amazônia necessitam de programa que sustente a produção e comercialização de produtos.

No que se refere à pesquisa científica, são preferencialmente as tecnológicas, por interesse econômicos, não lembram que há necessidade de outras

---

<sup>89</sup> CUNHA, 2006, p. 13.



vertentes, entende-se que o conhecimento e o bem-estar social só avançam pelas buscas através da pesquisa em educação, não por soluções imediatistas para a dominação das riquezas, mas por aquelas que humanizam o ser humano e valorizam os saberes ético, estético e mítico da humanidade.

A **renúncia**, destacada neste tópico, concentra-se na intocabilidade das reservas naturais, propagada pelos países do primeiro mundo, no sentido de convencer as organizações internacionais em transformar a região Amazônica no patrimônio da humanidade. Tem-se observado as mobilizações para atender os interesses do capitalismo numa política social colonialista despropositada. Os mais atenciosos perceberam que no tratado de Quioto (1980), os Estados Unidos da América do Norte (USA) recusaram-se a assinar o tratado de preservação ambiental, que recomendava a redução de emissão de poluente na atmosfera. Naquela oportunidade os representantes justificaram que tal atitude de adesão ao tratado poderia ameaçar a economia americana, então continuaram a saga da poluição, atualmente pelos rumos da história da economia mundial os motivos são outros, sobretudo, por sustentarem os conflitos bélicos no Oriente Médio.

No evento Rio-92, novamente os países ricos deixaram de participar porque as propostas iam de encontro aos interesses econômicos daqueles povos, além do mais, impuseram propostas a serem cumpridas nos países que detêm algumas das florestas naturais, Brasil e países da África, oferecendo o desastroso benefício compensatório chamado de “Crédito de Carbono”,<sup>90</sup> sem medir as consequências para a humanidade.

As investidas internacionais com pretexto de pesquisas científicas disfarçadas de turismo ecológico, atualmente são presentes sob os olhares do povo amazonense. No Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, entre outros fatos, a pirataria biológica silvestre sobre a fauna e a flora amazônica continua na região Amazônica. Embora haja leis protecionistas para conter tais problemas destas invasões são realizados grandes esforços no controle destas ações, numa região que comporta um território imenso, e com peculiaridades insólitas, torna-se uma tarefa grandiosa. A renúncia que se apresenta agora se concentra em relação à

---

<sup>90</sup> DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. São Paulo: Objetiva Ltda. v.2.0, 2007. CD-ROM. Rubrica 8: direito compensatório de receber vantagens por negociação do espaço verde (florestas) como filtro de poluentes provindos das indústrias dos países ricos.

fiscalização, da maneira como está sendo realizada, nunca surtirá efeito. A fiscalização só será efetiva pela atuação das populações a partir da educação que comporte a participação de todos os habitantes dos setores, urbano e rural.

### **3.2 Perspectivas da Zona Franca de Manaus: a expansão populacional desordenada**

Neste tópico, registra-se a terminologia Terra com história, a partir da década de 1960, com a implantação da Zona Franca de Manaus. Com o monopólio do capital estrangeiro, estabeleceu-se uma prática de trabalho de produção em série no Polo Industrial de Manaus cuja mão de obra operária amazonense proporcionou esta estratégia de produção. Naquela oportunidade, não mais os seringueiros nordestinos, do início do século XX, sofreriam as consequências migratórias, mas agora são os trabalhadores da capital e do interior do Amazonas que denunciam dificuldades de habitações.

As reflexões pairam sobre os efeitos dessa corrida que permitiu a ocupação de espaços habitáveis sem organização social pela falta de infraestrutura urbanística, fenômeno que causou graves consequências, ainda sem solução. Há um planejamento, porém, faltam vontades políticas para executá-lo. A cidade de Manaus ainda comporta problemas advindos daquela época, como falta de saneamento básico, água, habitação, trânsito caótico, transporte coletivo ineficiente, igarapés que cortam a cidade todos poluídos, invasões e área de risco com insistentes habitações.

Muitos interesses estão envolvidos em torno da solução no que se referem à habitação, os entraves estão sempre presentes, os programas “Minha casa minha vida” e “Prosamim” têm ajudado a diminuir este impasse. A renúncia sobre esse fato se reporta sobre a falta de severidade administrativa, e a fiscalização sobre as aquisições das unidades construídas, que tomam destinos especulatórios.

A Suframa, na fase atual, retoma o processo de revisão do seu planejamento estratégico em que propõe configurar melhorias no desempenho na função de agência de desenvolvimento regional. Ao mesmo tempo, incrementa projetos para o fortalecimento do Polo Industrial de Manaus e de aproveitamento de potencialidades regionais, sobretudo por meio do Centro de Ciência, Tecnologia e

Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT-PIM) e do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA).

A autarquia trabalha ainda no aperfeiçoamento da função de fomento e fiscalização dos projetos finalísticos: Industriais Agropecuários; institucionalização da função de execução de estudos dos projetos-meio, infraestrutura, P&D; na expansão e integração de atividades de prospecção tecnológica, inteligência comercial, planejamento estratégico, expansão de atividades de estudos e pesquisas sobre políticas públicas e desenvolvimento socioeconômico na Amazônia Ocidental.<sup>91</sup>

Desenvolvem-se ações para fortalecer o sistema regional de Ciência, Tecnologia e Inovação por meio da aplicação de recursos em estruturas de ensino e P&D, formação de recursos humanos pós-graduados, e de acordos de cooperação técnico-científica com instituições nacionais e internacionais, apoia a cooperação e integração econômica da Pan-Amazônia.

No entanto, faz-se leitura dos projetos de desenvolvimento, sabe-se que as prioridades são os lucros sobre o capital, porém, veem-se tímidas propostas que consolidem o bem-estar social do trabalhador, operário das multinacionais. A preocupação se detém no tempo que irá transcorrer até que se concretizem as propostas, a exemplo, desde a década de 1970 que se espera uma qualificação de mão de obra, pesquisa social para melhorias da qualidade de vida para os operários.

### **3.3 Perspectivas do gasoduto Coari – Manaus: recursos naturais para produção de energia**

O processo de exploração de petróleo e de seus derivados na unidade petrolífera de Urucu - Coari possuía características diferenciadas dos outros projetos implantados na região cujo diferencial seria que enquanto os demais visavam à exportação dos bens naturais, o petróleo e o gás extraídos naquela unidade serviriam, preferencialmente, aos consumidores da própria região.

Relacionam-se as questões do impacto ambiental decorrentes da exploração de mineral fóssil com a presença de minerais com teores radioativos, que poderia comprometer a saúde dos habitantes da Região, como o caso registrado que aconteceu em 1993, na barragem do igarapé Jacutinga, na reserva dos índios

---

<sup>91</sup> PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/>>. Acesso em: 30 out. 2013.

Waimiri-Atroari<sup>92</sup> cujos rompimentos atingiram habitantes e comprometeram a Fauna e a Flora no entorno do acidente.

Outro aspecto preocupante se deu pela abertura de clareiras de 40 metros de largura na floresta nativa, por onde foram feitos canais subterrâneos para instalar as tubulações dos dutos condutores de gás até Manaus. A preocupação reside no reflorestamento de todo o percurso desta abertura, sinais de abandono são visíveis nestes locais, sem um tratamento adequado para recuperar a extensão degradada pelo projeto.

Quanto à utilização do bem como fonte de energia alternativa para o funcionamento das usinas geradora de eletricidade para o suprimento regional, ainda não se realizou. Portanto, não há redução da conta de consumo de energia elétrica, nem na Conta de Consumo Coletivo (CCC) estipulado pelo Governo Federal. Assim, seria necessária uma mobilização coletiva da população, envolvendo todas as camadas sociais em busca destes benefícios juntos ao Governo Federal e Estadual.

A economia do Estado do Amazonas, até início do século 20, estava baseada no extrativismo vegetal. Com a exploração do látex no ciclo da borracha os habitantes viveram um momento de entusiasmo econômico. Na época, houve grandes movimentos mercantis e socioculturais na região; no aspecto histórico, a construção do Teatro Amazonas não impulsionou o desenvolvimento inter-regional, por não ter sido adotado um programa de interesse coletivo social, enveredou-se pela política do extrativismo vegetal e humano naquele período. A geração e distribuição de energia elétrica para uma cidade ou região são fundamentais para o desenvolvimento.<sup>93</sup>

A **renúncia** se prende chamar atenção sobre a possibilidade de se repetir os mesmos propósitos que aconteceram no período da exploração do látex; a recente corrida econômica extrativista de gás natural, submetida a tímidas políticas públicas voltadas ao interesse coletivo das populações poderá repetir as iguais consequências do passado. Registre-se um dos programas compensatórios pela abertura das clareiras contínuas para instalação de condutores na floresta pela construção de “escolas comunitárias” com madeira da região, pouco resistente às

---

<sup>92</sup> OLIVEIRA, 2000, p. 171.

<sup>93</sup> CAMARGO, 2004, p. 318 *apud* SOUZA, 2007, p. 38.

intempéries regionais, no máximo de cinco anos de durabilidade, irá necessitar de reformas; os projetos agrícolas “cultivo econômico e poupança ecológica”, compensatórios para os municípios, foram frustrados, sem retorno econômico de sustentabilidade e nem subsistência familiar.

As olarias situadas nos municípios de Iranduba e Manacapuru, no percurso do gasoduto, ainda não experimentaram os benefícios do gás extraído em Coari, permanecem pela queima diária de centenas de metros cúbicos de madeiras extraídas da floresta amazônica. Bem que poderiam ser beneficiadas com a utilização do gás natural para aquecimento das máquinas industriais, porém, por veto presidencial, não foi autorizado o funcionamento prioritário, seja qual fosse a razão, questiona-se o espírito cidadão e patriótico por uma atitude que vai de encontro aos interesses de preservação do meio ambiente mais cobiçado deste planeta.

Na realidade, o que se oferece fica totalmente oposto aos objetivos traçados pelo projeto, que seria combustível de baixo custo, contas de energia abaixo do custo normal no país. Entende-se que para que ocorram mudanças, estas devem ser iniciadas a partir de boas escolas, bom atendimento na saúde pública, geração de renda e valorização cultural através do incentivo à criatividade local, respeito ao meio ambiente e, por fim, melhorias na qualidade de vida como consequência do desenvolvimento.

### **3.4 Perspectivas ponte Rio Negro: os objetivos da construção**

Identificam-se os benefícios econômicos e sociais proporcionados pela interligação através da Ponte Rio Negra com os municípios das RMM, no que diz respeito à logística dos transportes praticados pelos produtores agrícolas, hortigranjeiros e industriais, do polo oleiro de Iranduba, e transportes coletivos e particulares de transeuntes dos municípios de Manaus, Iranduba, Manacapuru e Novo Ayrão. Visto que, antes da ponte, esta interligação era alcançada através de balsas cuja espera por vagas demoravam até doze horas. Atualmente esse mesmo percurso é feito entre 5 a 10 minutos por rodovia. Notável reconhecimento da utilidade prestada à população dessa região, por exemplo, nos casos de atendimentos às urgências hospitalares.

No entanto o que torna preocupante é a necessidade de mudanças sobre os benefícios que já deveriam ser disponibilizados à população e nada se fez, em especial, em relação aos projetos de organização da urbanização de um lado da ponte, central de abastecimento de cargas, corredores viários e a canalizações dos dutos para o fornecimento de gás aos municípios situados no trajeto do Gasoduto, interrompidos pelo veto presidencial.

As multinacionais pretendem desenvolver projetos de instalação complementares das indústrias de beneficiamentos e montagens nas cidades do entorno por serem convenientes os espaços, operários e trafegabilidade. Justifica-se a não se instalarem por falta de infraestrutura pública por parte das instituições governamentais. A preocupação se faz na possibilidade de se repetir as práticas do passado direcionadas aos serviços do PIM, nos quais os serviços de especialidades foram importados dos USA, Japão e China. Não capacitaram adequadamente os operários para os fins específicos e mantiveram-se na condição de mão de obra de segunda classe, ou seja, mecanicista.

Por todas as razões expostas neste trabalho de pesquisa, se faz necessário investimento contínuo em uma educação de qualidade, sendo a educação a principal fonte de preservação da cultura dos saberes e riquezas da região, além da valorização do potencial humano. Nessa perspectiva foi instituída a Universidade do Estado do Amazonas, desde 2001/2, com seus princípios de educação e desenvolvimento, com propósitos bem definidos, Ensino, Pesquisa e Extensão.

### **3.5 Perspectivas contemporâneas: duplicação da rodovia Manoel Urbano (AM-070)**

Nutre de esperanças o imaginário de um povo, em relação à realização desse projeto com propostas bem definidas para o alcance da prosperidade interiorana, mas as dificuldades estão sempre presentes, a começar pelas condições climáticas da região, com alta densidade de chuvas e fluxos sazonais das águas, sítios arqueológicos nas margens da rodovia, fatos que necessitam de licenças especiais para prosseguimento da construção ou desvios dispendiosos para a reformulação do projeto, licitação e execução.

Na concepção aqui apresentada não foram bem elaborados os estudos para a liberação dos serviços, posto que algumas práticas sustentam-se por interesses de

políticos da Região, por consequência, as atitudes comprometem as realizações. Neste caso, seriam mais apropriados estudos cautelosos e com responsabilidade social para não criar impasses dessas naturezas.

Outra investida pontual do governo está prometendo a revitalização do entreposto de cargas em Manacapuru, cujos objetivos propostos são favoráveis ao desenvolvimento, porém, cercado de dúvidas por razões de experiências de outras tentativas mal sucedidas. Creio que se forem cumpridas todas as metas de infraestrutura e suporte comercial, alcançará o sucesso, caso contrário se constituirá em mais uma tentativa frustrada.

Com o Polo industrial oleiro em Iranduba, considera-se a efetividade das vantagens para este setor de produção; preocupante é a sustentabilidade deste benefício, até agora não há pedágio na passagem na Ponte Rio Negro, o governo tem subsidiado os serviços de manutenção, por enquanto, os preços dos produtos deste polo estão estáveis, não se sabem as proporções que tomarão quando o pedágio for privatizado, e retorne a prática tradicional como se verificava na travessia do rio Negro, à mercê dos proprietários das transportadoras e expressos fluviais que controlavam o pedágio por conveniência.

A Central de Abastecimento Mercantil e Hortigranjeiro é uma infraestrutura inaugurada no final de 2013. Espera-se que através dela diminua o congestionamento nos armazéns da CEASA<sup>94</sup> em Manaus. Preocupa a administração desses serviços, pois se precisa de boa fiscalização, caso contrário será transformado em cartéis de despachantes mercantis.

A fábrica de Calcário Dolomítico em Manacapuru foi uma escolha estratégica para o fornecimento deste produto químico utilizado nos trabalhos da agricultura e piscicultura na correção da acidez do solo. Seria precipitado comentar os prodígios deste projeto, que começou a funcionar faz menos de um mês, também geram dúvidas sobre a sustentabilidade deste benefício, com proposta de redução de preço ao consumidor final de até 155%. Até o atual momento, o governo subsidia os serviços de manutenção do transporte entre a fonte de matéria prima, 735 km da Usina de beneficiamento. Não se sabe as proporções que tomarão os preços

---

<sup>94</sup> PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/>>. Acesso em: 28 out. 2013.

quando deixar de ser do interesse dos governantes e voltará a ser regulado por outro proprietário.

A Cidade Universitária da UEA configura-se em uma oportunidade para escrever novas histórias. Surgiu no centro da floresta Amazônica. Pelos serviços que se prestam poderá romper com os ciclos que se repetem ao longo de cinco décadas, retomam-se aqui os períodos Látex; Zona Franca de Manaus; Gasoduto Coari-Manaus e a Ponte Rio Negro.

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) foi instituída pela Lei Nº 2.637, de 12 de janeiro, e determinou um novo futuro para milhares de amazonenses da capital e dos 61 municípios do interior.<sup>95</sup> Em dez anos de existência, mais de 25 mil pessoas tiveram acesso ao ensino superior de qualidade nas diversas áreas do conhecimento e em comunidades distantes e de difícil acesso. No início das atividades, a UEA instalou-se fisicamente na capital e em dois municípios do interior do Estado. Na capital, através das Escolas de Ensino Superior, tem-se: Escola Superior de Ciências da Saúde; Escola Superior de Ciências Sociais; Escola Superior de Tecnologia; Escola Superior de Artes e Turismo; Escola Normal Superior.

No interior, a UEA instalou-se fisicamente através dos Centros de Estudos Superiores e dos Núcleos. Os Centros de Ensino Superiores atuam em diversas áreas do saber, como se lá onde estão instalados fossem uma mini UEA. Os primeiros centros implantados foram: o Centro de Estudos Superiores de Parintins-CESPIM e o Centro de Estudos Superiores de Tefé-CEST. Posteriormente foram implantados os Centros de Estudos Superiores de Tabatinga, Itacoatiara, Lábrea e São Gabriel da Cachoeira.

Nos Centros e Escolas Superiores os cursos são de oferta regular. As Escolas e os Centros têm corpo docente, infraestrutura física e equipamentos próprios. Já os núcleos de Estudos Superiores são miniestructuras físicas que suportam os cursos de graduação não regulares (oferta especial).

Instituída em janeiro de 2001, sua primeira ação foi realizar um concurso vestibular para 1.930 vagas, em doze cursos distribuídos na capital e em dois

---

<sup>95</sup> UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.uea.edu.br>>. Acesso em: 03 dez 2012.



municípios do interior (Tefé e Parintins). Destas vagas, 880 foram disponibilizadas para as Unidades do interior do Estado. Participaram deste certame cerca de 180.000 candidatos, no ano seguinte este número cresceu para cerca de 230.000 candidatos.<sup>96</sup> Desde a sua implantação, os vestibulares são realizados na capital e interior do Estado. As atividades acadêmicas iniciaram no segundo semestre de 2001, a aula inaugural foi realizada em 3 de agosto de 2001, data que vai ficar marcada na memória daqueles que preencheram as vagas iniciais, num projeto marcado pela ousadia e entusiasmo pela educação.

Atualmente são 43 cursos de graduação que, distribuídos em 57 municípios, constituem uma oferta total de 223 cursos para uma comunidade de 22.562 estudantes matriculados, 13.395 no interior e 9.167 na capital. Em 2006, já eram oferecidos cinco mestrados e dois programas de doutorado. Na história das Universidades, foi a primeira instituição de ensino superior do Amazonas a oferecer um curso de Doutorado na área de Medicina. Em associação com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) foi a primeira instituição do Brasil a criar um Programa de Pós-Graduação na área de Clima e Ambiente em 2007. Em 2011 a UEA conta com sete cursos de mestrado e dois doutorados.<sup>97</sup>

A realidade contemporânea está mudando apoiada no respeito ao direito de todos amazonenses ao acesso à educação, ciência e tecnologia. As oportunidades oferecidas têm posicionado a UEA entre as universidades com melhor desempenho na região Norte. Instrumentalizada pelos avanços da tecnologia em comunicação, a instituição venceu as distâncias geográficas e diminuiu as dificuldades de acesso às comunidades, cujo trajeto exigia vários dias de viagem de barco num Estado que ocupa 18% do território nacional.

Sem dúvidas, levar ensino superior de qualidade para todo o Amazonas constitui-se em um grande desafio, esse desafio começou a ser vencido a partir do desenvolvimento de uma inovadora modalidade de ensino, pautada no que de melhor existe de tecnologia de informação e comunicação de modo a possibilitar a transmissão de aulas via satélite dos estúdios da UEA, em Manaus, para estudantes

---

<sup>96</sup> UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.uea.edu.br>>. Acesso em: 12 dez. 2012. UEA em números, caderno de informações da Reitoria-2011.

<sup>97</sup> UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.uea.edu.br>>. Acesso em: 12 dez. 2012.

de qualquer comunidade amazonense, em tempo real, com a mesma qualidade de áudio e vídeo para todos os locais atendidos.

Foi com essa modalidade de ensino, denominada de Ensino Presencial Mediado pela Tecnologia, que a UEA venceu as distâncias e as dificuldades de logística da região amazônica, e que graduou em uma década mais de 20.000 acadêmicos no interior do Estado.

A UEA conectou o Amazonas ao futuro e está transformando o Estado numa grande sala de aula. No dia 30 de junho de 2005, a UEA formou sua primeira turma, cujo ensino ministrado foi presencial mediado por tecnologia, com 7.150 graduados no Curso Normal Superior pelo Programa de Formação de Professores (PROFORMAR), um projeto vencedor do prêmio Objetivos do Milênio e apontado pela UNESCO como modelo a ser seguido por outros países.

Pela primeira vez na história, uma solenidade de colação de grau aconteceu, simultaneamente, nos 61 municípios do interior, com abertura transmitida ao vivo, via satélite, a partir do prédio da Reitoria, em Manaus. Moradores de todas as cidades amazonenses cantaram junto o Hino Nacional Brasileiro. Hoje, a Universidade do Estado do Amazonas é uma das mais importantes ferramentas de desenvolvimento da região apoiada no princípio de que a Educação é o caminho mais seguro para o crescimento econômico e social sustentável. Em 10 anos, foram graduados 83% dos que ingressaram nesta instituição, fato determinante para o crescimento nos índices positivos de desempenho escolar de estudantes amazonenses avaliados pelo Ministério da Educação nos últimos anos – INDEB.

Professores com formação de qualidade têm melhores condições de preparar alunos com maior rendimento educacional e essa teoria tem sido aplicada em todos os cursos ofertados nos 61 municípios, seja no sistema presencial, semipresencial mediado por tecnologia ou no sistema modular. A qualidade do ensino é prioridade para a Universidade do Estado do Amazonas, que está contribuindo para estimular a permanência dos jovens no interior, motivados pela geração de trabalho e renda numa espécie de engrenagem que começa a revelar seus impactos no desenvolvimento econômico do Amazonas, revelando uma nova forma de vida para os amazonenses.

Com a convicção dos efeitos positivos das ações desse projeto, declara-se que o autor deste trabalho faz parte desse desafio desde 2003. Os dados são evidentes de uma força motriz para vencer as barreiras da ignorância, as perspectivas de mudanças nas atitudes e no pensar das novas gerações são promissoras, há esperanças de se escrever uma nova história do povo amazonense.

A atuação desta universidade, que leva o pseudônimo de Universidade Cabocla, está presente em 57 municípios deste Estado que comporta 61. A tríade Ensino, Pesquisa e Extensão são fundamentais sustentáculos num dos maiores laboratórios naturais deste planeta. Se o corpo docente mantiver as propostas desta instituição, os resultados serão surpreendentes para aqueles que não acreditavam no poder da educação e preferiam uma política que subjugavam os valores éticos e os saberes populares.

Durante uma década, grandes avanços já foram alcançados, outros virão pelas somas de esforços de profissionais que vieram de outras regiões: nordeste, sudeste e sul do país, parceiros cubanos com experiências em diversas áreas das ciências naturais. Como membro deste conjunto, acompanhando a evolução estudantil, identifica-se sempre um desafio não só institucional, mas também de todos que habitam nesta Região.

O que no passado foi um sonho, hoje se transformou em realidade, a disponibilidade de uma universidade pública no interior do Amazonas. Espera-se que a lacuna entre os saberes populares se aproxime das razões científicas. Isso representa uma possibilidade de demonstrar a viabilidade de um relacionamento saudável entre ser humano e natureza. “Minha esperança é necessária mas não é suficiente. Ela, só, não ganha a luta, mas sem ela a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da esperança crítica, como o peixe necessita da água despoluída”,<sup>98</sup> do pensamento de Paulo Freire que sustenta o meu pensar. Portanto, renuncia-se a vida do passado, o marasmo, o telúrico e a “educação antidialógica não ocorre por acaso. Ela faz parte de um sistema social e econômico que tem interesse na cultura do silêncio”.<sup>99</sup>

---

<sup>98</sup> STRECK, 2005, p. 43.

<sup>99</sup> STRECK, 2005, p. 56.

O conceito de progresso adotado por esta civilização moderna implicou num grave comprometimento nos estoques naturais, fazendo com que as sociedades dos países desenvolvidos estejam às voltas com problemas da qualidade da água, do espaço, do ar e dos alimentos. Acredita-se que a civilização ocidental, em particular a Amazônia, está sendo modificada pela UEA como fábrica de produção que realiza sonhos através do ensino superior, porque normal é SER superior.

## CONCLUSÃO

Nesta pesquisa foram analisados os fatos narrados na perspectiva de **anúncio** e **denúncia** nas obras estudadas em: Alexandre Rodrigues Ferreira e Euclides da Cunha, além de leituras através dos meios de comunicação contemporâneos, visualizando os recortes da temporalidade cronológica dos acontecimentos sociais. A **renúncia** se concentrou na análise sobre as ações de segregação das riquezas naturais e exploração da força de trabalho humano no Amazonas.

As leituras dos anúncios na proposição de denúncias teceram um viés de resposta ao questionamento inicial sobre as atitudes dos estudantes do ensino médio, os quais não percebiam nos textos literários dos autores, Alexandre Rodrigues Ferreira e Euclides da Cunha, e nos meios de comunicação cotidiana, a segregação das riquezas naturais e exploração humana na região do Amazonas.

Os recortes analisados mostram evidências que legitimam as atitudes praticadas pela deficiente ação da leitura dos textos,<sup>100</sup> por não refletirem e buscarem significados contextuais com a realidade, etapas que propõem uma ação de criticidade.

Afirma-se, contudo, que a partir deste estudo fica evidente que nas narrativas, dos autores selecionados, estão visíveis as referências da exploração econômica e segregação social nas fases: 1) período da Exploração do Látex, borracha comercializada no mercado internacional, produzida pelos trabalhadores provindos de varias regiões, na sua maioria nordestinos subjugados às maiores injustiças sociais, que, segundo Cunha, “o homem aqui trabalhava para escravizar-se”.<sup>101</sup> 2) Zona Franca de Manaus – período de esperança com promessas de desenvolvimento na década de 1960, porém, o capital das multinacionais ficaram mais poderosos, enquanto os operários trabalhadores da região receberam poucos benefícios compensatórios. Onde o bem-estar do capital subjugou sobre o mal estar dos operários. 3) Gasoduto Coari-Manaus – projeto com propostas interessantes a partir da exploração do petróleo das jazidas de Urucum (Coari-AM), porém, a viabilidade social dos benefícios foram tímidos. No entanto, mantendo promessas de

---

<sup>100</sup> MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 2003. p. 09.

<sup>101</sup> CUNHA, 2006, p. 28.

oferecer energia elétrica de baixo custo a partir do fornecimento de gás natural para as Usinas termoelétrica. O gás que poderia representar a sustentabilidade da vida promovendo energia e educação torna-se vida educativa insustentável pela inviabilidade de consumo pela população. 4) Ponte Rio Negro – com o recente projeto de desenvolvimento, na região metropolitana de Manaus, espera-se que ocorram mudanças nesta história utópica, porém, o olhar sagaz do capitalismo mantém-se atento pela cobiça, vislumbrando subprojetos de segregação de mão de obra de baixo custo nas cidades do entorno, além do crescimento da especulação imobiliária vertical e horizontal. A ponte da história do povo amazonense que abraça outros irmãos interioranos para a mobilidade educacional, e econômica, também viabiliza as especulações imediatistas. 5) Duplicação do rodovia AM-70, fonte de esperança, muito cedo para prejulgar os efeitos do projeto. Espera-se que a ampliação desta rodovia amplie os horizontes da educação popular que não recaia no anonimato cultural.

Considera-se que há uma profunda desigualdade de políticas públicas que se estabeleceu na região desde 1783, quando Alexandre Rodrigues Ferreira esteve em missão demarcatória no período colonial. O modelo de desenvolvimento que se apresenta, atualmente, conduz às marcas do poder do capital, submissão política e opressão social sobre as populações menos favorecidas.

Enfim, não se esgotam os assuntos e temas que precisam ser estudados e analisados, ao contrário, surgem mais indagações para as quais ainda não se encontram respostas. Nesse sentido, este é um ponto limitante deste trabalho, entretanto, na esperança de que esta contribuição tenha maiores êxitos, sugiro alguns temas para estudos e pesquisas futuras, a saber: a) uma pesquisa sobre o comportamento metodológico e didático dos docentes do ensino médio, o perfil de conhecimento contextual; b) os impactos sociais gerados pela ampliação da rodovia AM-70; c) levantamento de dados estatísticos sobre a atuação da Universidade do Estado do Amazonas a partir de 2013.

Espera-se que o itinerário investigativo percorrido neste estudo possa contribuir para reflexões e diálogos com outros que investem no campo da pesquisa. Por meio das análises, procurou-se entender a distância entre o pensar científico na perspectiva histórica e o contexto do senso comum, pressupondo que novas

investigações poderão fechar um ciclo de conhecimento através das reflexões sobre os fatos subsequentes.

## REFERÊNCIAS

CHOMSKY E A MÍDIA: o consenso fabricado. WINTONICKSIO, Peter. ACHBAR, Mark. Produção: Necessary Illusions Productions Inc. 167 min. São Paulo, 1992.1 DVD.

CUNHA. Euclides da. *A margem da História*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

DICIONARIO HOUAISS ELETRONICO DA LINGUA PORTUGUESA - ANTONIO HOUAISS. São Paulo: Objetiva Ltda, 2007. v.2.0. CD-ROM.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, USP, 2000.

FAULSTICH, Enilde L.de J. *Como ler, entender e redigir um texto*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica: memórias (zoologia e botânica)*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972.

FIGUEIREDO, Nêbia Maria A. de. (Org.) *Método e Metodologia na Pesquisa Científica*. São Caetano do Sul: Difusão, 2004.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 45. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARTINS, Maria Helena. *O que é leitura*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

NOTICIÁRIO ESCRITO E MÍDIA TELEVISIVA. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/ponte\\_rio\\_Negro#cite\\_ref-portal](http://pt.wikipedia.org/wiki/ponte_rio_Negro#cite_ref-portal)>. Acesso em: 08 abr. 2014.

OLIVEIRA. José Aldemir de. *Cidades na Selva*. Manaus: Universidade do Amazonas, 2000.

OLIVEIRA. Selma Suely Baçal de. *A “periferia” do capital: na cadeia produtiva de eletrodomésticos*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2007.

PENNAFORTE. Charles. *Amazônia: contratos e perspectivas*. São Paulo: Saraiva, 2006.

PIZA. Daniel. *Amazônia de Euclides: viagem de volta ao paraíso perdido*. São Paulo: Leya, 2010.

PONTE RIO NEGRO. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/ponte\\_rio\\_Negro#cite\\_ref-portal](http://pt.wikipedia.org/wiki/ponte_rio_Negro#cite_ref-portal)>. Acesso em: 25 out. 2011.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS. Cidade Universitária. Disponível em: <<http://www.amazonas.am.gov.br/>>. Acesso em: 28 out. 2013.



ZONA FRANCA DE MANAUS. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/>>. Acesso em: 22 maio 2013.

SALAZAR. João Pinheiro. O novo Proletariado Industrial de Manaus e as transformações Sociais Possíveis. *Estudo de Grupos de operários*. São Paulo: USP, 1992.

SOUZA. Isaque dos Santos. *Potenciais impactos do gasoduto Coari-Manaus no município de Manacapuru – AM*. Dissertação. (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007.

STRECK, Danilo R. *Correntes pedagógicas: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes; Rio Grande do Sul: Celadec, 2005.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/>>. Acesso em: 22 maio 2013.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Modelo ZFM. *Decreto Lei nº 288 – 28/02/1967 – amplia 30 anos, com área física de abrangência 10.000 k2*. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/zfm.principal.cfm>>. Acesso em: 30 out. 2013.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Modelo ZFM. *Decreto Lei nº 291 – Área da Amazônia Ocidental*. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/zfm.principal.cfm>>. Acesso em: 30 out.2013.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Modelo ZFM. *Lei Estadual de Incentivos Fiscais nº 2826/2003*. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/zfm.principal.cfm>> Acesso em: 22 maio 2013.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS. Modelo ZFM. *Lei nº 3.173 – 06/06/1957 com propósito de porto livre comércio*. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/zfm.principal.cfm>>. Acesso em: 30 out. 2013.

UNIVERSIDADE DO AMAZONAS. Disponível em: <<http://www.uea.edu.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2012. UEA em números, caderno de informações da Reitoria-2011.